

# KEYNES E A PROPOSTA DE ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA DO CAPITALISMO

REGINALDO SOUZA SANTOS\*

## I

É contestável que a reflexão sobre a análise econômica contemporânea à medida que renega ao acervo fóssil as contribuições do passado mais distante vai ficando do futuro — vale dizer, cada vez mais vai ficando difícil encontrar uma saída para a crise atual do capitalismo. É comum ouvir-se nos mais variados fóruns que tratam de política econômica, política pública ou temas correlatos que o modelo ou a trajetória de desenvolvimento da era tal e/ou que a política econômica qual estão superados. Do ponto de vista do capitalismo em geral, a partir do início dos anos 70, momento em que a ortodoxia assume a hegemonia teórica e, por consequência, a condição de formular a política econômica, passou-se a dizer que a política keynesiana era a grande causa da crise e que (por essa razão) os seus fundamentos não serviam mais para guiar e impulsionar os destinos do capitalismo. Por outro lado, com relação à trajetória ou ao modelo de desenvolvimento que foi adotado para a montagem do capitalismo industrial na periferia passou-se a admitir que (também, a partir da crise contemporânea do capitalismo) a sua lógica impedia que essas economias alcançassem um estágio avançado de desenvolvimento e se integrassem competitivamente ao mercado internacional dito globalizado.

Essa avaliação tem origem particularmente nos que estão trabalhando com a análise econômica contemporânea e têm às mãos o poder de

---

\* Professor doutor, titular do Departamento de Finanças e Políticas Públicas e Diretor da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, com mandato até dezembro de 2008.

formular a política econômica, desde o início da década de 70. Entretanto, essa política econômica se nos afigura equivocada por três razões fundamentais. A primeira delas pode ser tomada como o pecado original, pois aceita como pressuposto da análise que a fundamentação teórica, a política econômica construída e a dimensão do Estado foram requisitos contidos no plano de Keynes. A segunda razão para o equívoco é pressupor que na formulação de Keynes só tem espaço para a compreensão de uma política econômica de curto prazo, a partir de uma ação anticíclica do Estado por meio da elevação da demanda efetiva (essa compreensão tem muito que ver com a famosa frase de Keynes: “No longo prazo, todos estaremos mortos!”). A terceira razão é dada pelo fato de se tomar o Estado como elemento externo à dinâmica econômica.

Esses equívocos vão levar a um diagnóstico errado da crise contemporânea do capitalismo e, por conseqüência, a uma política econômica e administrativa igualmente errada, pois à medida que seus fundamentos são aperfeiçoados mais a economia dá marcha a ré — taxas de crescimento medíocres ou as economias nacionais crescendo assimetricamente, desemprego aberto e uma perversa concentração de renda: no plano das pessoas, dos capitais e das nações.

Conforme posto, o objetivo principal deste ensaio é, portanto, demonstrar que o conteúdo da política econômica construída no período 1929/33 estava para além do que verdadeiramente constituiu a proposta de Keynes — numa perspectiva de mais longo prazo, talvez fosse mais correto, em verdade, dizer que as proposições contidas na *Teoria Geral* constituíram mais um contraponto ao que estava se conformando como a essência da política anticíclica daquele período de crise do que uma apologia em defesa da intervenção estatal como solução para os males econômicos.

Sendo esse pressuposto verdadeiro, pode-se concluir, então, que as críticas feitas pela ortodoxia, durante as décadas de 70 e seguintes, não são críticas ao keynesianismo, mas a uma outra coisa que não se conhece muito bem e que, urgentemente, precisa ser conhecida.<sup>1</sup> Ademais, a análise econômica, por conta da *Teoria Geral* aparecer em 1936 e em 1939 ter início a Segunda Grande Guerra, considera que a nova política econômica só tem início no pós-guerra. O que verdadeiramente iremos ter de novo depois de 1945 é o estabelecimento no plano das relações entre as nações

---

1 Não são críticas aos keynesianos porque não foram formuladas por Keynes. Então, como se conformou essa política e a quem deve ser endereçada a crítica feita pela ortodoxia?

um modelo de Administração Política que já estava consagrado no plano do Estado-Nação, desde 1929/33.

Outro aspecto relevante de nosso entendimento neste ensaio é que os referenciais de análise não são apenas os que têm origens na economia política ou na análise econômica, mas também incorporamos ao nosso contexto e texto os referenciais oriundos da Administração Política, compreendida pelos programas/propostas de gestão das relações sociais de produção e distribuição dentro do capitalismo.

## II

Verdadeiramente, Keynes é um predestinado. Primeiramente fica famoso no mundo dos estudos econômicos com um texto publicado em 1919 com o título *As Conseqüências Econômicas da Paz* e que não contém nada de extraordinário além de uma leitura com certa competência (à luz dos fatos econômicos) dos títulos, capítulos, artigos e parágrafos do *Tratado de Versalhes* e de prognosticar a inevitabilidade da Segunda Guerra Mundial em razão do rigor das exigências para a reparação de guerra que eram feitas aos alemães. Finalmente chega ao auge da fama e permanece até os dias de hoje justamente por não dizer (e ser visceralmente contra) ao que dizem o que ele disse.

Mas, afinal, se a fundamentação teórica, a dimensão do Estado no domínio econômico e a política econômica que se sucederam pós- crise de 1929/33 não constituem uma postulação do que se conhece como receituário keynesiano, quem teria, então, cometido o *pecado original*? Esta é uma pergunta, até certo ponto, difícil de ser respondida, mas uma boa pista, sem dúvida, é seguir os passos dos keynesianos mais entusiasmados, a começar pelos de Lawrence Robert Klein com o seu texto, apologético das idéias de Keynes nos EUA, intitulado *A Revolução Keynesiana*, publicado uma década após a primeira edição da *Teoria Geral*. Bem a propósito desse problema Johnson faz o seguinte comentário:

Lembremos [. . .] o papel desempenhado pela natureza da revolução e da economia keynesianas, em sua versão inglesa. Aqui, deve-se prestar a atenção a dois aspectos específicos, especialmente influentes: uma concepção da natureza do trabalho científico e o caráter do progresso em economia obtidos a partir do sucesso intelectual da *Teoria Geral* e a identificação da economia keynesiana com uma política

esquerdista. Esses aspectos, ressalte-se, são criação de keynesianos e se opõem à vida e trabalho do próprio Keynes como cientista econômico e à posição política de Keynes enquanto economista político.<sup>2</sup>

Independente de se saber ou não quem cometeu o erro originário, o relevante nessa discussão é encontrar uma resposta plausível para o fato de por que tantos, durante tanto tempo, cometerem o mesmo equívoco, repetindo quase em uníssono as sentenças: *a política econômica keynesiana, o Estado keynesiano, o Estado de bem-estar keynesiano, a revolução fiscal keynesiana* e por aí afora! Em grande medida, a permanência desse equívoco tem que ver com o nosso pouco empenho em remeter obrigatoriamente as nossas leituras e as de nossos alunos aos textos originários. E estamos mais distante, ainda, de equacioná-lo à medida que ficamos cada vez mais convictos de que a fronteira do conhecimento ou o estado das artes de um determinado campo do conhecimento encontra-se estabelecido no mais recente ensaio publicado num periódico especializado. Aqui, certamente, temos os acréscimos feitos ao conhecimento existente, porém as bases teórico-metodológicas e analíticas, muitas vezes, estão muito distantes dos nossos tempos — estão particularmente nos escritos e autores originários dos quais estamos falando.

Para melhor compreensão de como o pensamento de Keynes vem sendo interpretado, desde então, pela análise econômica talvez seja melhor iniciar pelo entusiasmado Lawrence Robert Klein, como dito, um dos introdutores da obra de Keynes nos EUA. Do ponto de vista cronológico, o mais correto seria começar por John Hicks por ser o primeiro comentador oficial da *Teoria Geral*, quando, por encomenda do *Economic Journal*, escreveu e publicou, em 1936, o seu clássico panfleto *Mr. Keynes and the Classics*. Porém, não iniciaremos por Hicks visto que os seus comentários ficaram restritos à parte teórica do livro de Keynes, ao passo que o nosso objetivo neste ensaio é tratar das propostas de política econômica recomendadas por Keynes.

Lawrence Robert Klein, embora fizesse algumas restrições à construção teórica e de política econômica de Keynes — a exemplo de ter deixado de fora questões cruciais como a distribuição de renda e a justiça social —, em

---

2 Harry G. Johnson. Keynes e a Economia Inglesa. In: Milo Keynes (coord.). *Ensaio sobre John Maynard Keynes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

larga medida, foi um ardoroso e introdutor do pensamento de Keynes na escola americana. O seu trabalho mais completo é *The Revolution Keynesian*, publicado em 1947, e que tem origem na sua tese de doutorado defendida, no ano de 1944, no Massachusetts Institute of Technology.

O seu trabalho começa com a contextualização do pensamento e obra de Keynes, com destaque para o envolvimento de Keynes nas discussões acerca das reparações de guerra e suas reflexões sobre os impactos do *Tratado de Versalles* contidas em *As Conseqüências Econômicas da Paz*, que faz comentários sobre a compreensão de Keynes do desenvolvimento capitalista até a Primeira Guerra Mundial e, sobretudo, o comportamento inadequado dos dirigentes franceses, americanos e ingleses nas negociações sobre as reparações de guerra. Este é um momento, segundo Klein, em que Keynes, por ter sido um aluno bem formado na escola marshalliana e pigouniana, ainda via o capitalismo funcionando *suave e uniformemente*, exceto em casos de obstáculos artificiais. Em seguida Klein vai cuidar de compreender os desenvolvimentos teóricos anteriores à *Teoria Geral* até chegar aos aspectos fundamentais da obra de Keynes — desde os aspectos monetários (com a publicação, em 1930, do *Treatise on Money*)<sup>3</sup> até chegar à sua principal construção que é a teoria do emprego, a partir do princípio da demanda efetiva, em 1936, com a *Teoria Geral*.<sup>4</sup> Em seguida, a análise de Klein procura aprofundar ainda mais os aspectos teóricos quando abre uma discussão sobre as controvérsias acerca dos salários, da poupança-investimento e dos juros.

Um ponto importante da análise de Klein sobre a obra e pensamento de Keynes foi destacar que, durante o período de 1930 a 1936, as proposições de política econômica não foram aceitas enquanto Keynes não ofereceu uma justificativa teórica — e um dos mais destacados foi Hansen.<sup>5</sup> Porém, Klein, além de dar pouca importância às propostas de Keynes sobre política econômica, a sua leitura e interpretação não contempla os pontos

---

3 No campo da teoria monetária Keynes iniciou-se profissional e academicamente com a obra *Indian Currency and Finance*, publicada em 1911.

4 É importante destacar a menção de Klein ao reconhecimento de Keynes ao legado de Thomas Robert Malthus na compreensão do princípio da demanda efetiva.

5 Vale dizer que a mudança na compreensão do funcionamento da economia capitalista já ocorre bem antes desta data quando Keynes escreve o ensaio *O Fim do Laissez-Faire*, motivado pelas conferências feitas (em 1925) nas universidades de Berlin e Varsóvia e publicado no ano de 1926. Neste ensaio já se encontram as bases teóricas do capítulo 3, “O Princípio da Demanda Efetiva”, e filosóficas do capítulo 24, “Notas Sobre a Filosofia Social a que Poderia Levar a Teoria Geral”, da *Teoria Geral*.

mais relevantes, apenas se limita em destacar a defesa de Keynes de uma política expansionista, quando diz que:

Como siempre, Keynes fue muy optimista sobre el éxito de sus recomendaciones políticas — esta vez un programa de obras públicas — para eliminar el paro y producir el pleno empleo, sobre todo puesto que predijo (además del estímulo directo a la industria de la construcción) efectos inducidos por lo cual otras industrias serían influidas indirectamente como resultado del creciente poder adquisitivo de los obreros empleados en los programas del Gobierno (p. 20)

Ser otimista em relação às recomendações de política econômica — que estavam respaldadas na teoria do emprego a partir do princípio da demanda efetiva — não significava dizer que Keynes defendesse uma política de gastos crescentes para manter a economia em permanente pleno emprego. Nem tampouco a sua política econômica estava sintetizada no aforismo que se segue, mas sabendo-se que ele não é uma construção particular de Klein:

Si el problema concreto está en llenar el vacío deflacionista, el Gobierno debe emprender un programa de gastos y actividad positiva; pero si se trata de suprimir el bache inflacionista, la actividad del Gobierno deberá ser de carácter negativo en sus gastos. En todo caso el Gobierno debe ser el agente equilibrador (Klein, 1953, p. 207).

Em verdade o que está por trás dessa idéia de um Governo equilibrador é o pressuposto equivocado de que o Estado é (e deve ser) neutro e que sua posição é externa ao sistema econômico — pressuposto esse muito próprio da ciência positiva, na qual se assenta grande parte da base teórica neoclássica. Decerto que este equívoco tem custado muito, até aqui, à análise econômica. É provável que esse preço tão elevado se deva ao fato de que a responsabilidade maior dessa análise seja da administração política e não da economia política — na seção seguinte esclareceremos este ponto. Com essa compreensão, o Estado deixa de atuar a partir de decisões de conteúdos políticos (em relação à distribuição, por exemplo) e passa a ter uma orientação meramente técnica. Com a palavra Klein:

El problema de nuestra capacidad en hacer predicciones adecuadas es un problema puramente técnico. El autor está intentando actualmente construir modelos estadísticos que serán aprovechables y adecuados para tales predicciones, y cree que dificultades del problema pueden ser superadas (Klein, 1953, p. 207).

Na concepção de Klein, portanto, o Estado é externo porque não é capaz de gerar recursos próprios, apenas adquirindo-os por meio de empréstimos. Não sendo dono dos recursos, então não pode assegurar que serão usados na medida do pleno emprego. Caso seja possível esta hipótese — o alcance de ampla satisfação dos desejos/necessidades — pode-se chegar a uma situação estacionária da economia — bem mais provável uma economia planejada, socialista. Por outro lado, o capital privado (o mercado) dificilmente chegará ao pleno emprego porque o seu critério orientador é de defesa intransigente do interesse individual.

Embora considere que o pleno emprego é uma política tão admirável que dificilmente encontraria oposição, mas avalia que existe uma oposição conservadora à política keynesiana de pleno emprego se dá em razão de três temores: *a*) supressão da liberdade individual; *b*) condução à inflação; e *c*) elevação da dívida pública. Klein precisa entender que estes eram temores do próprio Keynes, particularmente quando diz que:

[ . . . ] em tempos de desemprego rigoroso, as obras públicas, ainda que de duvidosa utilidade, podem ser altamente compensadoras. . . ; porém a validade desta proposição torna-se cada vez mais contestável à medida que nos aproximamos do pleno emprego (*Teoria Geral*, p. 95).

Aqui, vemos que Keynes está tão conservador quanto seus críticos — tanto que no seu esquema analítico não há espaço para a questão da distribuição. O que precisa ser entendido é que a política econômica de Keynes é essencialmente de curto prazo, portanto anticíclica. Com isso, a sua proposta de longo prazo sai do campo da economia e entra na espera da administração política. Embora não se dando conta, mas é da administração política que Klein trata quando busca encontrar formas de gerenciamento da política de pleno emprego ao dizer que:

Hay varios métodos administrativos para lograr el pleno empleo sin producir la inflación. Si los planificadores gozan de un control completo sobre la política fiscal del Gobierno, de tal modo que puedan gastar cuando y donde son necesarios esos gastos para estimular el empleo, e imponer contribuciones cuando y donde es necesario hacerlo para detener el movimiento alcista de precios, no habrá problema alguno de peligro inflacionista (*La revolución keynesiana*, 1962, p. 221).

Não obstante ser um entusiasta e introdutor do pensamento de Keynes nos Estados Unidos, a preocupação fundamental da obra de Klein foi destacar os aspectos teóricos com pouca ênfase na parte da política econômica e, muito menos ainda, na parte que estamos denominando de administração política ou política administrativa ou política gerencial. Mesmo no momento em que se predispõe a analisar a política econômica de Keynes — como o caso do capítulo VII “Keynes e a Reforma Social” — a preocupação se volta mais por enquadrar a política de expansão do gasto público à questão da estabilidade do que propriamente entender a natureza e a temporalidade de tal política. De todo modo, Klein é um autor que deve ser tomado sempre como referência para o entendimento do que os keynesianos querem fazer do pensamento de Keynes.

Outro economista famoso e que ajudou a obra de Keynes tornar-se conhecida e famosa na escola e no governo americanos foi Alvin H. Hansen, particularmente em seu texto clássico *A Guide to Keynes* (traduzido para o português com o título *Guia para Keynes*). Hansen justifica a elaboração desse texto pelo fato de saber, “por experiência, que grande número de estudantes considera a *Teoria Geral* um livro difícil”, além de dizer que “hoje em dia lê-se muito sobre Keynes, mas pouco se folheia a *Teoria Geral* propriamente dita” — para o que muito passou a contribuir o trabalho de Hansen, após a publicação de sua obra, em 1953. As noções prefaciadas de Hansen sobre a obra de Keynes se completam quando diz que “não se pode reler Keynes sem se admirar o fato de ele haver logrado, em grau *assombroso* (grifo meu, RSS), antecipar-se a seus críticos” (prefácio, p. 10).

Na interpretação da *Teoria Geral*, Hansen, como que querendo facilitar a vida do estudante na compreensão do “difícil” trabalho, segue a lógica de estruturação dos capítulos conforme disposta por Keynes. Desse modo, o capítulo 13 e último de seu *Guia* trata de analisar os últimos

capítulos da *Teoria Geral*: o 23 (Notas Sobre o Ciclo Econômico) e o 24 (Notas Finais Sobre a Filosofia Social a que Poderia Levar a Teoria Geral). Pelo título dado por Hansen à seção que se refere especificamente ao capítulo 24 (A Empresa Privada, o Estado de Bem-Estar e o Socialismo) denota-se que o autor parece fazer parte do time que defende que a política econômica concebida durante e depois da crise de 1929/33 o é de acordo com os postulados de Keynes.

As questões iniciais levantadas por Hansen como relevantes parecem-nos que não faziam parte das preocupações centrais de Keynes, a exemplo de: *A análise keynesiana leva ao socialismo, ou será ela um meio de salvar o capitalismo e o individualismo? A que se deve dar ênfase — na redução da taxa de juros, na elevação da função-consumo ou na ampliação do âmbito do investimento público e privado?* Em relação à primeira questão Keynes é muito enfático sobre uma opção e outra, tanto em *O Fim do Laissez-Faire* (1926) quanto na *Teoria Geral* (1936).

Vejamos o que o próprio Keynes diz a respeito de sua compreensão sobre o socialismo.

Eu critico o socialismo de Estado doutrinário, não porque ele procura engajar os impulsos altruístas dos homens a serviço da sociedade, porque ele se afaste do *laissez-faire*, ou porque retire das liberdades naturais do homem a de tornar-se milionário, ou ainda porque tem a coragem de fazer experiências ousadas. Eu aplaudo todas essas coisas. Mas eu critico, por deixar de perceber o significado do que está efetivamente ocorrendo; porque, de fato, é pouco melhor que a sobrevivência empoeirada de um plano para enfrentar os problemas de cinquenta anos atrás, com base num mal-entendido do que alguém disse há cem anos. O socialismo de Estado do século XIX originou-se com Bentham, na livre concorrência etc., e, sob alguns aspectos, constitui uma versão mais clara, e sob alguns aspectos mais perturbadores, da mesma filosofia subjacente ao individualismo do século XIX. Da mesma forma, ambos colocaram toda a sua força na liberdade, um negativamente, a fim de evitar limitações a respeito da liberdade existente, e o outro de forma positiva, para destruir os monopólios naturais ou adquiridos. Trata-se de reações diferentes à mesma atmosfera intelectual (Keynes, 1926, em *O Fim do Laissez-Faire*, p. 123).

De igual modo, em a *Teoria Geral*, Keynes é categórico a respeito desta questão não deixando margem a dúvida acerca das suas convicções ideológicas. A seção III do capítulo 24, Keynes inicia-a dizendo que:

As implicações da teoria exposta nas páginas precedentes são, a outros respeito, razoavelmente conservadoras. . . Eu entendo, portanto, que uma *socialização* (grifo meu, RSS)<sup>6</sup> algo ampla dos investimentos será o único meio de assegurar uma situação aproximada de pleno emprego, embora isso não implique a necessidade de excluir os ajustes e fórmulas de toda a espécie que permitam ao Estado cooperar com a iniciativa privada. Mas, fora disso, não se vê nenhuma razão evidente que justifique um Socialismo do Estado abrangendo maior parte da vida econômica da nação. Não é a propriedade dos meios de produção que convém ao Estado assumir. Se o Estado for capaz de determinar o montante agregado dos recursos destinados a aumentar esses meios e a taxa básica de remuneração aos seus detentores, terá realizado aquilo que lhe compete. Ademais, *as medidas necessárias de socialização podem ser introduzidas gradualmente sem afetar as tradições generalizadas da sociedade* (grifo meu, RSS) (Keynes, *Teoria Geral*, 1983, p. 256).<sup>7</sup>

Não obstante isso, Hansen diz que a “mera menção dessas questões é suficiente para mostrar por que a *Teoria Geral* despertou tanta oposição”. Decerto que pelo que podemos apreender da leitura do próprio Keynes não se pode concluir que a oposição à sua postulação ocorresse por conta do viés ideológico em prol do socialismo. Longe disso, a oposição que a Teoria Geral e os acréscimos posteriores a ela sofrem decorre de aspectos formais, a exemplo da inflexibilidade para baixo dos salários nominais, o

---

6 Muitos autores, entre os quais Hansen, dizem não saber o que Keynes quer dizer com *uma socialização algo ampla dos investimentos*. Pensamos que a própria seqüência do texto dá o indicativo de que Keynes verdadeiramente está falando de um investimento maciço, cobrindo todos os setores da atividade até chegar o nível de pleno emprego. Não obstante isso, mesmo que o pleno emprego seja alcançado, não se deve excluir a ação cooperativa do Estado a essa iniciativa do capital privado — e a coordenação, melhor dizendo, a administração política parece ser a tarefa reservada ao Estado.

7 Quando Keynes afirma que as medidas necessárias de socialização podem ser introduzidas sem afetar as tradições generalizadas da sociedade quer dizer que o capitalismo será capaz de desenvolver-se com um grau tal de distribuição de renda que permita o atendimento pleno da materialidade (considerando os níveis da alimentação, da saúde, da habitação e da educação), de maneira que não fira os sentimentos e auto-estima do indivíduo.

equilíbrio abaixo do pleno emprego, a negativa de que o *boom* do pós-crise tenha sido provocado pela política fiscal ativa, o efeito da taxa de juros sobre os investimentos (a eficiência marginal do capital), etc.

O mesmo equívoco de Hansen é verificado quando fala dos ataques aos dogmas convencionais da política prática, particularmente em relação ao orçamento equilibrado e à (s) forma (s) de financiar a demanda agregada. A demanda agregada, segundo a interpretação de Hansen, deveria ser financiada com empréstimos, embora não se detivesse na explicação da dívida pública. Assim argumenta:

Com relação ao orçamento equilibrado, Keynes *não hesitava* (grifo meu, RSS) em defender despesas de empréstimos, mas nunca enfrentou o problema da dívida. Após a I Guerra Mundial, defendeu um imposto sobre o capital, e em seu panfleto *How to Pay for the War* ainda mostrava inclinações por esta proposta. Jamais explorou as implicações de uma crescente dívida pública, dos problemas de amortização da dívida ou do importante papel da dívida pública como meio de proporcionar ativos líquidos apropriados numa economia em expansão (*Guia*, p. 231, nota n. 14).

Dois questões acerca dessa argumentação de Hansen. A primeira para mostrar que o autor não pode usar as teorizações de Keynes sobre finanças públicas formuladas em 1946 (momento em que a economia capitalista já está em franca recuperação) para consolidar uma interpretação sobre o pensamento de Keynes a respeito do mesmo assunto num contexto econômico completamente adverso (como fora o período de 1929 a 1933). A segunda é compreender que um pensador que nunca enfrentou de frente o problema central do capitalismo e crucial para a humanidade (a distribuição) como algo vital para a superação da problemática econômica não pode ser considerado verdadeiramente alguém que esteja preocupado em conduzir os negócios econômicos e, sobretudo, as relações sociais de acordo com os fundamentos do socialismo. Verdadeiramente, Keynes estava preocupado em tirar o capitalismo da crise!

Ademais, no aspecto específico a respeito do financiamento da demanda efetiva (numa condição de desemprego — e este foi o contexto em que Keynes estava pensando a *Teoria Geral*) não é correto afirmar que a proposta de Keynes era financiá-la por meio de impostos ou da dívida

pública. Sendo a situação econômica de desemprego profundo e de deflação e considerando que naquele contexto o Estado era o único agente capaz de elevar a demanda efetiva ao nível de pleno emprego, logo a forma dele (Estado) financiar a despesa não poderia ser por mecanismos que pudessem reduzir a demanda das famílias e dos agentes privados — e o aumento da tributação e o maior endividamento significavam reduzir a demanda daqueles setores, transferindo poder de compra para o Estado, de efeito macroeconômico nulo.<sup>8</sup>

É evidente que Keynes disse muito pouco sobre essa questão crucial, porém não resta dúvida que a expansão monetária era a forma mais conveniente para financiar a demanda efetiva — lembrando, porém, que esta é uma forma de financiamento pertinente a uma situação de crise do capitalismo em condições de depressão e deflação. Decerto que Keynes não chega a ser enfático em defesa dessa alternativa, mas também não antevê os obstáculos decorrentes da tributação e do endividamento. Sobre este ponto Santos (2001, p. 102) diz que:

A sutileza de Keynes em relação a esse ponto passa por uma associação entre a expansão monetária e o crescimento da renda. Segundo o autor, supondo que o padrão seja em moeda de ouro, a variação na renda pode estar diretamente vinculada à expansão nas atividades de mineração, cujo ouro extraído estará sempre sendo acrescido à renda de alguém. A analogia com o papel-moeda emitido pelo Estado é completa ao afirmar que “A situação é exatamente a mesma quando as variações de  $M$  são devidas a emissões de papel-moeda feita pelo Governo para atender a suas despesas correntes; neste caso, também, o novo dinheiro se acrescenta à renda de alguém” (Keynes, 1982, p. 142). Desse modo, a expansão monetária, além de ser um mecanismo menos problemático no financiamento das despesas governamentais, serviria, também, de instrumento disciplinador do comportamento da taxa de juros, cuja elevação pode fazer baixar a renda em função da queda das expectativas em relação a uma baixa eficiência marginal do capital.

---

8 Este equívoco não foi apenas cometido por Hansen, muitos outros economistas de boa linhagem, entre os quais Isaac Rubin, se equivocam nesta questão fundamental. Para uma discussão ver Reginaldo Souza Santos. *A teoria das finanças públicas no contexto do capitalismo: uma discussão com os filósofos economistas — de Smith a Keynes*. São Paulo: Mandacaru, 2001.

Na seção seguinte (penúltima) do capítulo 13, Hansen pergunta: *Keynes deixou de ser keynesiano?* Dentro da nossa linha de raciocínio, a resposta é *não*, em virtude do fato de que muito do conteúdo que vai constituir o keynesianismo não fora defendido por Keynes — a exemplo do Estado de bem-estar, a intervenção do Estado no domínio econômico, etc. A posição de Keynes — conforme veremos melhor na próxima seção — sempre fora de oposição a essas postulações. Seus seguidores é que postularão e, assim, moldurarão uma política para o capitalismo como se idealizada fosse por Keynes. Essa versão será mais forte do que as idéias originárias — e, com isso, a racionalidade do método científico é tomada pelo imaginário do credo da revolução keynesiana.

Para responder à questão Hansen usa uma outra linha de raciocínio, tentando combater os que acreditavam que Keynes, já no final da vida, havia abandonado o que havia defendido até a *Teoria Geral* e retornado, portanto, à posição clássica (neoclássica). Nesse momento, Hansen parece reencontrar-se com a compreensão mais correta do pensamento de Keynes acerca da política econômica — o não-intervencionismo sistemático do Estado! Procura mostrar que o posicionamento de Keynes (notadamente no artigo póstumo de 1946, “The Balance of Payments of the United States”, *Economic Journal*, junho de 1946) em nada se distancia da *Teoria Geral* de dez anos antes. Antes disso, neste artigo Keynes confirma as suas convicções ideológicas — já amplamente explicitadas na *Teoria Geral* e em vários outros escritos. Os trechos mais reveladores do referido artigo são:

No longo prazo, é possível que maior número de forças fundamentais atue, se tudo estiver bem, no sentido do equilíbrio. . . Sinto-me compelido, não pela primeira vez, a lembrar aos economistas contemporâneos que a doutrina clássica incorporava algumas verdades permanentes de grande significado, que estamos sujeitos hoje a desprezar porque *as associamos com outras doutrinas que já não podemos aceitar sem muitas reservas*. Existem nesses assuntos muitas correntes ocultas em ação, forças naturais, podemos chamá-las assim, ou até mesmo a mão invisível, que atuam no sentido do equilíbrio. Não fosse assim, não poderíamos sequer ter-nos saído tão bem como nos saímos há muitas décadas. . .

Não desejo ser mal interpretado. *Não supponho que o remédio clássico atuará por si mesmo ou que possa os depender dele*. Precisamos

de auxílios mais rápidos e menos dolorosos, dos quais os mais importantes são a variação cambial e os controles gerais sobre as importações. [. . .] As grandes virtudes das propostas de Bretton Woods e de Washington, tomadas em conjunto, é que *aliam a utilização dos expedientes necessários à correta doutrina de longo prazo*. É por esta razão que, falando na Câmara dos Lordes, afirmei que “aqui está uma tentativa de usar o *que aprendemos na experiência moderna e na análise moderna*, não para derrotar e sim para pôr em ação a sabedoria de Adam Smith”.

Ao final de suas interpretações, Hansen acerta na análise do pensamento de Keynes quando diz que:

Não há nessas afirmativas que sequer se aproxime de um recuo em relação à *Teoria Geral*. Na verdade, como vimos, a *Teoria Geral* contém afirmativas semelhantes em defesa do individualismo e da importância das forças automáticas dentro da estrutura de uma economia de pleno emprego.

Não obstante isso, Hansen admite que se Keynes tivesse vivido o suficiente para presenciar os desdobramentos posteriores do capitalismo mundial talvez tivesse mudado de opinião ou — como diz — terminado o seu livro em tom diferente. E conclui:

O tempo passou depressa de 1936. Se Keynes pudesse saber como seria a história, talvez tivesse terminado o seu livro de forma diferente. A Segunda Guerra Mundial, conflito até então sem paralelos em termos de percentagem de recursos dedicados ao uso militar, o enorme *boom* de re-estocagem e reconstrução de pós-guerra, a guerra-fria com seus imperiosos orçamentos de defesa, as reivindicações de bem-estar — tudo isso pôs fim, no momento, a qualquer possibilidade de subemprego.

Aqui, duas questões relevantes: uma sobre o ponto de vista de Keynes; outra sobre a interpretação de Hansen. Pensamos que Keynes antes de mudar de direção ou conclusões, o mais provável é que elas fossem reforçadas. Acreditamos que assim fosse tendo em vista que o capítulo 24 da *Teoria*

*Geral*, como já dito, foi escrito motivado mais pela desaprovação de Keynes ao curso dos acontecimentos do que propriamente uma apologia em defesa da intervenção estatal como solução para os males econômicos. Em 1936, podemos dizer que todas as bases da nova administração política do capitalismo pós-crise já estavam lançadas — isso vai desde o controle direto sobre os capitais já constituídos, a constituição de novos capitais sob o controle do Estado, amplo domínio sobre a intermediação financeira e dos serviços de utilidade pública, além da construção do aparato normativo que iria estruturar o processo de institucionalização do capitalismo. As bases da propriedade e da gestão do capitalismo estavam, a partir de então, mudadas. E Keynes não concordava com os seus termos e teor [...].<sup>9</sup>

Do ponto de vista da análise de Hansen, o que fica incompleto é a sua compreensão da proposição de Keynes para a condução dos destinos do capitalismo. Não basta dizer que Keynes foi a favor ou contra a intervenção, mas em que condições e circunstâncias ele era a favor e contra. Este é o ponto que deve ser relevante da análise da economia política e da administração política e que não tem sido tomado na devida conta. A hipótese que trabalhamos, aqui neste ensaio, é que o pacto político que foi firmado para reformular as bases de propriedade e gestão do capitalismo não passava pelo crivo da aprovação de Keynes — uma leitura mais cuidadosa de *O Fim do Laissez-Faire*, de *As Possibilidades Econômicas de Nossos Netos* e o capítulo 24 da *Teoria Geral* [...] denota isso. Reafirmamos que Keynes tinha uma outra proposta que discutiremos na seção seguinte.

Outra importante obra sobre a economia e o pensamento de Keynes tem sido escrita pela economista inglesa da London School of Economics (LSE), Victoria Chick — também considerada uma pós-keynesiana. Apesar de vasta produção no campo da economia monetária e financeira, a sua insatisfação intelectual feita pelos keynesianos para ajudar no equacionamento dos problemas vividos pelo capitalismo na contemporaneidade talvez tenha sido uma das principais motivações que a levaram a escrever *Macroeconomia Após Keynes — um reexame da Teoria Geral*. Diz Chick:

---

<sup>9</sup> É interessante observar que Keynes começa a escrever a *Teoria Geral* logo após o retorno de sua viagem à União Soviética — viagem essa em atenção à sua esposa Lídia ..... -, cujo retorno é marcado pelo lançamento de panfleto contra o comunismo intitulado ...

Foi a minha insatisfação com a macroeconomia convencional que inicialmente me levou, na busca de algo melhor, a retornar à *Teoria Geral* e utilizá-la, em lugar de um livro texto, em meus cursos de macroeconomia para os alunos de segundo ano de graduação. Parece-me não haver em absoluto razão para perpetuar a situação atual, ensinando os alunos sobre o “Debate Monetaristas x Keynesianos”, ou sobre alternativas mais recentes, tais como as teorias econômicas neocambridgeana e neoclássica, fundamentadas nas excessivas simplificações e manipulações algébricas predominantes nos livros textos [ . . . ].

A macroeconomia desenvolvida após Keynes, embora afirme inspirar-se na *Teoria Geral*, não foi, a meu ver, nem no método, nem em sua perspectiva ou discernimento, macroeconomia segundo o *estilo* de Keynes. O meu trabalho pretende evidenciar este fato chocante: a macroeconomia que sucedeu a *Teoria Geral* no tempo não a seguiu no espírito. E é deste que precisamos. Eu chegaria a ponto de afirmar não só que a economia não é Macroeconomia segundo Keynes, mas que sequer é macroeconomia!

Por isso, espero com este livro encorajar outros a reintroduzir a *Teoria Geral* no ensino vigente, não por haver algo de intocável em Keynes, mas porque eu diria (e, de fato, o faço neste livro) que a *Teoria Geral* proporciona uma compreensão muito mais fecunda da estrutura das interações macroeconômicas e dos métodos de analisá-las do que muito do foi escrito até agora.

Embora Victoria Chick se inscreva no rol dos que não defendem a originalidade em questões teóricas e, sobretudo, de política econômica ou que a política econômica que se praticou, no pós-crise, tenha sido uma recomendação precípua de Keynes, também é verdade que não há um nela esforço teórico-metodológico maior em situar aquele autor no contexto de sua época ou quanto à sua atualização.

Talvez Chick não o fizesse por achar menos relevante do ponto de vista acadêmico, pois de um livro de mais de quatrocentas páginas com o propósito de reexaminar a *Teoria Geral*, apenas cinquenta páginas são dedicadas às questões de política econômica (Parte V) e assim justificando:

É uma curiosa ironia que a “economia keynesiana» seja entendida como um conjunto de prescrições políticas, ainda que na *Teoria*

*Geral* seja dado muito pouco espaço às conseqüências da teoria para a política governamental. Talvez fosse prudente *não* dar ênfase à política, pois esta deve ser reservada a circunstâncias especiais e a teoria abrange uma ampla esfera de circunstâncias (cap. 18, p. 349).

Ao pôr o problema nesses termos, pensamos que Victoria Chick cometeu uma ignomínia teórico-metodológica. É justamente o inverso: a política é a que devia ser reservada às circunstâncias gerais, principalmente quando se trata de uma ciência social aplicada da importância da Economia Política — que é responsável direta pela definição das quantidades desejadas e necessitadas pela sociedade, pelos impactos e co-responsável pela produção de toda a base material da humanidade. As teorizações, as abstrações quando aplicadas se relacionam com problemas de dimensões mais reduzidas, portanto, mais particulares. Não se conhece nenhuma teoria que apreenda por inteiro a problemática social<sup>10</sup>

Essa argumentação de Victoria Chick foi usada para tentar explicar a natureza (conteúdo), o objetivo (alcance) e a temporalidade da política econômica de Keynes. Assim, quando Keynes estava escrevendo o seu contexto histórico prevalecente era de circunstâncias gerais, porém o problema político era específico: atenuar o desemprego.

Além disso, esse equívoco de Victoria Chick decorre também da sua compreensão do conteúdo e da temporalidade da política econômica de Keynes. Para a autora a política de Keynes estava direcionada para um problema específico: o desemprego — portanto, querendo dizer uma política mais de curto prazo. Geral e ampla (portanto, mais de longo prazo) tem sido a proposta dos economistas chamados de keynesianos que Victoria Chick chama de *política keynesiana*. Assim, afirma que:

A prescrição de política de Keynes foi elaborada para um mal específico — o desemprego e o excesso de capacidade do capital num mundo onde ainda havia um grande ganho potencial de uma maior

---

<sup>10</sup> Francis Ysidro Edgeworth no seu pequeno, porém ousado e abstratíssimo, *Mathematical Psychics* — com o qual pretendia que sua visão algébrica da atividade humana produzisse bons resultados para a sociedade — teve humildade e sabedoria quando disse que “considerações tão abstratas seriam, é claro, ridículas em pretender controlar a força do fluxo da política prática. Mas talvez não estejam fora de lugar quando remontamos a pequenos riachos dos sentimentos e ao secreto desabrochar de motivos onde cada curso de ação deve se originar (apud Heilbroner. *A história do pensamento econômico*, p. 167).

acumulação de capital. A receita, além disso, era para uma dose limitada, destinada a chocar o paciente, provocando uma recuperação auto-sustentada. Ela não se destinava a mantê-lo por um longo período.

A longevidade da política econômica keynesiana foi um grande equívoco, na percepção de Victoria Chick, porque:

A desilusão com o “keynesianismo”, nos anos recentes, foi causada pelo fato de as políticas “keynesianas” terem sido aplicadas a um mundo para o qual nunca foram projetadas.

Pensamos ser nesse ponto da temporalidade que reside um dos maiores equívocos na interpretação do que verdadeiramente consiste ser a política econômica de Keynes. Certamente que Keynes estava preocupado com o desemprego, tanto que se essa não fosse a preocupação central dificilmente ele construiria a sua teoria do emprego a partir da crítica à lei dos mercados de Say com o resgate em Malthus do princípio da demanda efetiva e, muito certamente, o capítulo 3 (O Princípio da Demanda Efetiva) também não seria escrito. Esta é a parte mais alta (e relevante) da construção teórica de Keynes e, por ser auto-evidente, não carecia de maiores detalhamentos para a sua aplicação prática naqueles momentos de desemprego rigoroso — conforme gostava de dizer o próprio Keynes. Havia, sim, uma política de longo prazo e ela estava no que Keynes chamou de agenda e, sobretudo, no que ele denominou de limites ou papéis para a ação do Estado no longo prazo — uma leitura atenta de *O Fim do Laissez-Faire, As Possibilidades Econômicas de Nossos Netos*, de trechos esparsos ao longo da *Teoria Geral* e, sobretudo, o capítulo 24 denota claramente o nosso ponto de vista. Por ser a questão central deste nosso ensaio, toda a Seção III está reservada para a essa discussão. Na Seção IV, retomaremos a discussão com Victória Chick.

Na linha crítica ao pensamento de Keynes — até por não ser um keynesiano no sentido estrito do termo — John Hicks, em certo sentido, foi impiedoso na avaliação das recomendações de Keynes para a elaboração de uma política para o capitalismo em estágio mais avançado. Logo após sair publicada a *Teoria Geral*, Hicks foi privilegiado com o convite feito pelo *Journal of Economics* para escrever uma crítica ao trabalho de Keynes, intitulada *Mr. Keynes and the Classics*. Neste artigo Hicks não

tratou daquilo que consideramos ser o mais fundamental para recuperação do capitalismo que é a natureza da política econômica e administrativa; aborda o que, muito tempo depois, em *A crise da economia keynesiana*, ele chamou de aspectos “secundários”, a saber: 1) a forma como Keynes tratou o efeito do investimento sobre a renda e o emprego — a teoria do multiplicador; 2) do efeito dos juros sobre o investimento — a questão da eficiência marginal do capital; e 3) a forma como Keynes tratou o efeito da oferta de dinheiro (em verdade, a política monetária) sobre a taxa de juros — a preferência pela liquidez. Não é relevante entramos na modéstia calculada e de ocasião de Hicks quando considera que a sua análise dos aspectos mais formais e teóricos da obra de Keynes é secundária, mas o fato é que essa questão do que é mais ou menos relevante ou do que é curto ou longo prazo parece-nos pouco compreendido na obra de Keynes; e Hicks é um daqueles que não compreendem muito bem isso.

Dentro desse ponto de vista, vemos que alguns pontos que são verdadeiramente relevantes em Keynes para o interesse prático do capitalismo são reduzidos a algo menos expressivo ainda daquilo que Hicks — e os ortodoxos de um modo geral — considera secundário; chega, muitas vezes, à beira da ridicularização quando é dito que, na prática, o keynesianismo transformou-se em *fiscalismo* — em verdade, uma expressão usada primeiro pelo dito keynesiano Laurence Klein e popularizada pelos ortodoxos.

Já na introdução da sua obra, Hicks faz a crítica aos resultados práticos da economia e da administração keynesianas<sup>11</sup> ao dizer categoricamente que:

Apesar de ter escrito muito sobre os acontecimentos do segundo quartel do século e ter se esforçado para influenciá-lo, acho que Keynes não foi bem sucedido [ . . . ] Keynes não pôde fazer muito pouco para modificar o curso dos acontecimentos. Embora seja verdade [ . . . ] que a recuperação da Grande Depressão de 1930-32 foi marcada pela adoção, por vários países importantes, do que agora seria reconhecido como políticas “keynesianas”, é raro o caso onde elas foram

---

11 Estou usando sempre a forma duplicada de política econômica e administrativa porque quando se concebe e implementa uma política de emprego, por exemplo, o seu conteúdo não diz respeito somente à economia mas também à administração responsável que é pela gestão do processo de implementação. Esse fato não é compreendido pelos economistas e, por essa razão, têm dificuldade de apreender uma visão de longo prazo e a mais relevante de Keynes para o capitalismo.

conscientemente utilizadas como tal. Nem na Grã-Bretanha em 1931-32, na Alemanha em 1932-33 ou na América em 1933, houve adoção consciente das políticas expansionistas no sentido keynesiano [. . .] Todos esses acontecimentos, claro, são anteriores à *Teoria Geral* (1936). Não houve tempo, antes que a guerra começasse, para que os ensinamentos daquele livro — atualmente considerado como contendo o essencial da doutrina de Keynes — causassem impressão profunda em ninguém a não ser em economistas profissionais.<sup>12</sup>

No geral, a análise de Hicks parece não corresponder muito à realidade, pois do nosso ponto de vista a essência da construção de Keynes para a gestão do capitalismo não está exclusivamente na *Teoria Geral*, mas também, e, sobretudo, em *O Fim do Laissez-Faire* (1926) e em *As Possibilidades Econômicas dos Nossos Netos* (1930) — certamente que encontramos algo em outros textos escritos entre 1925-35, mas seguramente esses dois expressam melhor o que consideramos ser a essência do pensamento de Keynes acerca da política econômica e administrativa do capitalismo contemporâneo. Seguramente, na *Teoria Geral* Keynes faz avanços extraordinários em relação ao seu pensamento anterior, particularmente nos capítulos 3 (“O Princípio da Demanda Efetiva”) e 24 (“Notas Finais Sobre a Filosofia Social a que Poderia Levar a Teoria Geral”), mas esse é um instante em que Keynes vê a necessidade de precisar melhor o que fora dito em trabalhos anteriores, assim como — parece óbvio — fazer um contraponto ao que de fato estava ocorrendo no capitalismo quanto à relação do Estado com a economia, melhor dizendo, do Estado com a sociedade — este ponto será o objeto central da análise da seção seguinte.

Portanto, além de negar originalidade e, por conseguinte, temporalidade de Keynes em suas proposições, Hicks parece ser mais provocativo ainda na medida em que indaga: *até onde esse êxito foi devido às políticas keynesianas?* Então, sentencia:

O *boom* foi praticamente universal enquanto elas estavam longe de sê-lo. Porém, pode-se argumentar que eram suficientemente gerais para causar uma expansão generalizada; mesmo aqueles que não tiveram parte ativa foram levados pela expansão engendrada por

---

12 John Hicks. *A crise na economia keynesiana*. São Paulo: Vértice, 1987.

outros. Mas mesmo sendo um fato, isso não descarta a visão alternativa. A combinação de progresso técnico mais rápido (o que sem dúvida é verdade) com tendências socialistas que aumentam a demanda por bens coletivos (o que também é verdade) poderiam ter produzido esse *boom* sem o estímulo das políticas keynesianas. Ainda não está claro o que pode ser atribuído a uma e à outra.

A negativa de Hicks parte do pressuposto de que enquanto o *boom* foi generalizado, as políticas keynesianas estavam longe de sê-lo, embora as considerasse suficientemente gerais a ponto de poderem causar uma expansão generalizada. A via alternativa parece, na concepção de Hicks, ter um poder explicativo maior, o que consistiu em combinar a introdução mais rápida de progresso técnico com as políticas socializantes que fizeram aumentar a oferta e demanda por bens de consumo coletivos no contexto do capitalismo, a partir da recuperação da crise (1934).<sup>13</sup>

Em verdade, o julgamento de Hicks a respeito dos efeitos da suposta política keynesiana sobre os resultados econômicos e sociais parece esquizofrênico, pois ao tempo em que aqueles efeitos positivos devem ser atribuídos ao progresso técnico experimentado pelas economias capitalistas durante o *boom*, os negativos decorrem da inoportunidade e imprevidência da política dita keynesiana.

Na mente de muitos não há dúvida de que estava [o *boom*] associado às políticas keynesianas; assim, a certa altura dos anos 60 — variando de país para país — quando, então começou a falhar, o poder das políticas que supostamente tinham levado a esse *boom* passou a ser invariavelmente questionado. Ao invés de produzirem um progresso econômico real, como pareciam estar fazendo durante tanto tempo, elas estavam resultando somente em inflação. Parecia claro que alguma coisa havia saído errada. O que foi? Essa é uma pergunta importante, uma das maiores com que o mundo atualmente se defronta.

---

13 Este argumento foi produzido por nós já há algum tempo, ocasião da defesa de tese de doutorado (1991) e, posteriormente, publicada (2001) com o título *A Teoria das Finanças Públicas no Contexto do Capitalismo: Uma Discussão com os Filósofos Economistas — de Smith a Keynes*. São Paulo: Hucitec-Mandacaru, 2001, pp. 127 e ss.

Por ser uma questão importante para a humanidade, Hicks se considera incapaz de resolvê-la e por isso a sua crítica à economia keynesiana vai recair sobre os aspectos que Hicks — não se sabe por que — considera os secundários; são as discussões de cunho mais teórico relacionadas com a teoria do multiplicador, com a eficiência marginal do capital e com a preferência pela liquidez. Desse modo, considerando que Hicks não atribui efeitos positivos das políticas keynesianas, porém não esqueceu de acrescentar comentários que desfizessem a solidez de uma das colunas de sustentação do pensamento de Keynes (a política monetária) ao afirmar que<sup>14</sup>

[. . .] a leitura de sua obra [a *Teoria Geral*] parece implicar que não há nada a ser feito com a moeda. Portanto, tudo o que resta como instrumento da política de emprego — ou da política econômica *em geral* — é o orçamento do governo. Foi assim que, na prática, o keynesianismo tornou-se fiscalismo.

Fica claro, pois, que esta análise de Hicks deriva de noção a respeito de alguns postulados de Keynes de não os considerar tão gerais como pretendia a *Teoria Geral*. . . , mas apenas particularidades de um caso mais geral. É o que Hicks diz em relação à teoria da moeda:

Uma teoria da moeda que seja aplicável de uma modo mais geral (especialmente uma que seja aplicável em condições inflacionárias do pós-guerra) não pode ficar centrada no motivo especulação como parecia ser necessário em 1936.

Não obstante se declarar incapaz de discutir mais amplamente a política fiscal de Keynes e ao reduzir a formulação acerca da política monetária a um aspecto particular da teoria da moeda, ainda assim o parecer superficial e breve que Hicks faz da política econômica e administrativa desenhada por Keynes tem importância crítica fundamental no contexto da ortodoxia, das autoridades públicas, dos homens de negócios e do público em geral. Essa versão venceu consagrada!

Em verdade, ao assim expressar a sua análise, Hicks, de um lado, denota não saber distinguir a natureza (conteúdo) e a temporalidade da

---

14 John Hicks. Op. cit., p. 33.

proposta de Keynes daquilo que estava a ocorrer de fato e, assim, diferenciar mais precisamente o que Keynes apreciava do que ele detestava e propunha superar ou eliminar. De outro lado, como um corolário do primeiro ponto, a crítica que Hicks faz à economia e à administração keynesinas fica restringida porque exclui a possibilidade de explicar mais profundamente os efeitos sobre a dinâmica capitalista.<sup>15</sup>

Em conclusão, mesmo sendo um crítico do que se convencionou chamar de economia keynesiana — não aceitando esta economia como responsável pelo *sucesso* do capitalismo pós-crise de 1929/33 —, Hicks assume que o novo papel do Estado e as políticas que ele [Estado] patrocina nesse período posterior à crise são originários de uma inspiração de Keynes. Esse é o seu grande erro!

Entretanto, do lado do conservadorismo, a crítica mais profunda e frontal a Keynes e ao keynesianismo parte de Milton Friedman, contida, principalmente, no livro *Capitalismo e Liberdade*.<sup>16</sup>

---

15 Essa dificuldade — que não é só de Hicks, mas da análise econômica em geral — decorre, de um lado, da exclusão que a economia propositadamente faz de qualquer aspecto da gestão do capitalismo e, muito menos ainda, dar-lhe qualquer importância para a dinâmica do sistema; de outro lado, a própria administração, por uma deficiência epistemológica na compreensão de seu objeto, deixa de estudar como deveria a relevância da gestão no processo das relações sociais de produção, realização e distribuição; deixa de compreender a administração política do capitalismo.

16 “O triunfo do liberalismo de Bentham no século XIX na Inglaterra foi seguido por uma reação que levou a uma crescente intervenção do governo nos assuntos econômicos” (p. 20). Por essa razão, “Aqueles dentre nós que se mostravam profundamente preocupados com a ameaça à liberdade e à prosperidade, representada pelo crescimento da ingerência governamental e pelo triunfo das idéias keynesianas e do Estado próspero, formavam uma pequena mas aguerrida minoria, considerada excêntrica, pela grande maioria dos nossos colegas intelectuais” (p. 5). Não obstante isso, “Os Estados Unidos continuaram a progredir; seus cidadãos estão mais bem alimentados, mais bem vestidos, mais bem instalados e dispõem de melhores transportes; as distinções sociais e de classe diminuíram; os grupos minoritários estão em situação menos desvantajosa; a cultura popular desenvolveu-se. Tudo isso foi o resultado da iniciativa e do esforço de indivíduos cooperando através do mercado livre. As medidas governamentais prejudicaram em vez de favorecer tal desenvolvimento. Fomos capazes de suportar e superar tais medidas unicamente devido à extraordinária fecundidade do mercado. A mão invisível fez muito mais pelo progresso do que a mão visível pelo crescimento” (p. 180). Apesar disso, “A preservação e expansão da liberdade estão atualmente ameaçados de duas direções. Uma das ameaças é óbvia e clara. É a ameaça externa vinda dos homens maus do Kremlin que prometem destruir-nos (e obriga-nos a dedicar boa parte de nossos recursos à defesa militar). A outra ameaça é bem mais sutil. É a ameaça interna vinda de homens de boa vontade que nos desejam reformar. Impacientes com a lentidão da persuasão e do exemplo para levar às grandes reformas sociais que imaginam, estão ansiosos para usar o poder do Estado a fim de alcançar seus fins e confiantes em sua capacidade de fazê-lo” (Milton Friedman. *Capitalismo e liberdade*. São Paulo: Nova Cultural, 1998, p. 18). Não há dúvida de que Friedman não foi entre os economistas de todas as épocas o que melhor formulou e divulgou os ideais da liberdade do mercado, mas certamente o título lhe pertence quando se trata de analisar a reelaboração dos ideais no pós-guerra. Por esta razão *Capitalismo e Liberdade* é, entre os seus livros, o mais divulgado e discutido. Nele o autor abandona o positivismo da teoria

Imagina-se que o mérito e o elemento diferenciador de Friedman em relação aos demais críticos da economia política keynesiana (aí incluindo tantos os “conservadores” quanto os “progressistas”) seja o de tentar refutar os postulados a partir de uma crítica interna ao modelo teórico. Dos autores aqui analisados nota-se que Friedman é o único a quem não interessa saber se os instrumentos keynesianos de política econômica foram ou não responsáveis pelo *boom* do pós-guerra, se eles fracassaram ou não e por que, ou ainda, qual o período de sobrevida da política econômica keynesiana no período de crise prolongada do capitalismo. Isso a ele (Friedman) pouco importa; a sua preocupação está em negar qualquer efeito positivo decorrente do movimento expansionista dos gastos estatais.

Assim, a sua crítica à política fiscal keynesiana parte da compreensão de sua formulação e reivindicação em diversos momentos concretos. A partir disso, num primeiro momento, as intervenções governamentais seriam temporárias, uma vez que a economia, estando num movimento ascendente, o governo recuaria dos limites alcançados. Isso sucedeu em relação à época de implementação do “New Deal” rooseveltiano, em 1933. É a tese de “dar a partida”.

Acha Friedman que a retração econômica aguda que ocorreu em 1937-1938 mostrou que aquelas despesas iniciais não foram suficientes para eliminar o desemprego. Com isso surge a teoria da “estagnação secular” que passa a defender e a justificar um nível permanente alto de investimentos governamentais.

Portanto, era essencial que o governo investisse e mantivesse um déficit perpétuo. Os *títulos emitidos para financiar o déficit forneceriam aos indivíduos um modo de acumular suas economias enquanto os investimentos do governo forneceriam empregos*” (grifos meus).<sup>17</sup>

O fracasso de uma e outra hipótese fez surgir a necessidade de se manter o equilíbrio da economia, na qual os gastos estatais se comportam inversamente aos gastos privados. Ou seja, quando, por qualquer razão, os

---

pura e abre espaço para a fundamentação de princípios filosófico-ideológicos que garantam o desenvolvimento do capitalismo centrado nas forças de mercado, portanto livre de qualquer possibilidade de regulamentação por parte do Estado. Os excertos citados acima (propositadamente) são a evidência clara dessa conclusão. Talvez a exceção fique por conta dos capítulos IV — “Finanças Internacionais e Problemas de Mercado” e V — “Política Fiscal”, que tratam mais da discussão teórica do que da ideológica.

<sup>17</sup> Milton Friedman. Op. cit., p. 73.

investimentos privados declinam, os gastos estatais devem ser elevados na mesma proporção, para assegurar o mesmo nível de investimentos totais: de outro lado, quando os investimentos privados se elevam, os do governo devem declinar.

Este postulado do “equilíbrio” nem sempre funciona como o desejado, dado que muitos programas de investimentos governamentais tendem a exacerbar mais a expansão seguinte em vez de mitigar a retração. Isso ocorre em razão de que muitos programas só chegam ao funcionamento pleno depois de passada a retração ou ainda por não serem desativados no momento apropriado. A resultante dessa exacerbação da expansão é o retorno a um nível alto de inflação.

Por esse descompasso entre o momento da decisão de investir e a efetivação propriamente dita desses investimentos, o orçamento público — afirma Friedman — tem sido, no pós-guerra, o elemento mais instável da renda nacional. Com efeito,

longe de ser balanceiro, compensando a tendência de outras forças para a flutuação, o orçamento federal tem sido uma fonte importante de perturbação e instabilidade.<sup>18</sup>

Este componente de instabilidade — segundo Friedman — parece decorrer de se usar apenas o orçamento de despesa como fator de equilíbrio. Na sua avaliação, o mesmo pode ser conseguido utilizando-se o lado da receita, ao afirmar que

O lado das taxas está igualmente disponível. Uma baixa na renda nacional reduz automaticamente o volume de taxas do Governo Federal em proporção considerável, e automaticamente leva o orçamento na direção do déficit, em casos de alta, acontece o contrário.<sup>19</sup>

Nessa formulação Friedman incorre num equívoco. Não se trata de imaginar que o caráter anticíclico do orçamento governamental seja dado por um nível qualquer de déficit; caso isso fosse verdadeiro o mesmo resultado poderia ser conseguido pela retração nos níveis de arrecadação de

---

<sup>18</sup> Ibidem, p. 74. A expressão balanceiro talvez fosse traduzida do original como equilíbrio.

<sup>19</sup> Ibidem, pp. 74-5.

impostos, sobretudo quando se sabe que existem determinados tipos de gastos governamentais que, por serem incomprimíveis, não podem ser reduzidos a uma dimensão zero. Nesse caso, a redução dos tributos levaria a um déficit e a hipótese de Friedman estaria correta. A produção de um déficit não é a questão teórica relevante, como parece acreditar Friedman.<sup>20</sup>

Acontece, porém, que quando se postula a despesa orçamentária como elemento impulsionador de um novo ciclo expansivo é porque este lado do orçamento público possui algumas propriedades não possuídas pela sua contraface, no caso o lado da receita. Supondo que o orçamento esteja em equilíbrio, mantendo constante o nível de gasto, a redução de dez por cento no nível de arrecadação produz uma magnitude de déficit exatamente igual caso se mantivesse constante a receita e se fizesse variar em dez por cento para mais o patamar da despesa. Mexendo em qualquer um dos lados orçamentários a magnitude de déficit é a mesma, porém os efeitos sobre o sistema econômico podem não ser.

Observe que a concentração de mais dez por cento sobre o orçamento de gasto de um governo federal qualquer tem impacto no nível de demanda agregada infinitamente superior caso se buscasse o mesmo efeito pela redução da receita. Uma redução dos impostos implica que a magnitude será dividida entre milhões de famílias e empresas, significando que o acréscimo de renda desses agentes não seja suficiente para reverter a expectativa pessimista em relação ao futuro imediato da economia. Nesse caso, parcela importante do acréscimo de renda pode simplesmente deixar de ser gasta, seja em consumo (no caso das famílias), seja em investimento (no caso das empresas). Ademais, na possibilidade de um só agente (no caso do governo federal) gastar dez por cento do orçamento não só há a garantia de que esta magnitude de recursos seja efetivamente gasta como também de que ela possa ser aplicada em setores direcionados.

Além disso, numa configuração moderna das finanças públicas, o

---

20 Tanto não o é que o próprio Keynes não se refere à ação do Estado mediante a aceitação de um orçamento desequilibrado. A sua idéia relevante é que o gasto estatal é vital para a elevação da demanda efetiva e do nível de emprego. E a forma mais correta de financiar o novo gasto seria pela emissão. Essa idéia de o Estado elevar a demanda efetiva mediante déficit é uma invenção incorreta dos críticos e dos keynesianos, mas não de Keynes. E essa incorreção tem origem na compreensão errônea de que o gasto estatal só se efetiva pela rubrica do consumo. Os recursos tomados pelo Estado e alocados na rubrica investimentos podem ser contabilizados e produzir no orçamento um déficit de igual magnitude? Conceitualmente é problemático admitir-se tal hipótese visto que o valor do empréstimo que é registrado nas contas passivas tem como contrapartida um ativo de igual magnitude, considerando que o gasto foi feito em investimento e não em consumo.

Estado, usando de instrumentos fiscais, monetários e financeiros, pode desencadear um amplo leque de relações de débito/crédito pelo lado da despesa que seria totalmente inviável caso se buscasse os mesmos efeitos pelo lado da receita, que ficaria restrito à dimensão fiscal. A manipulação da variável gasto pode também dar ao governo a possibilidade de desencadear um fluxo de rendas dentro da economia mesmo sem lhe ser obrigado nos primeiros momentos o dispêndio de qualquer unidade de recursos monetários.

São essas as razões que nos conduzem a refutar a hipótese de Friedman de que se possa tomar o orçamento governamental anticíclico manipulando o lado da receita.

No entanto, Friedman lamenta que na prática tenha prevalecido a tese das despesas e que isto foi motivado na filosofia do Estado de Bem-Estar Social, o que permitiu que a intervenção do governo se desenvolvesse com rapidez maior do que seria possível em outras circunstâncias. Porém, Friedman adverte que defender uma ação anti-recessiva do governo pelo lado da receita não significa um apoio à teoria do “equilíbrio”. Sendo talvez o maior defensor vivo de que o equilíbrio se faça pelas forças de mercado, na aceitação da teoria do equilíbrio, mesmo pelo lado da receita, está por trás a idéia fundamental de que toda interferência externa ao sistema econômico (e o governo é considerado como tal) traz em si um componente instabilizador muito grande. Daí Friedman afirmar:

Na política fiscal como na política monetária, postas de lado todas as considerações políticas, ainda não sabemos o suficiente para usar mudanças deliberadas nas taxas ou nas despesas como mecanismo de equilíbrio. Ao tentar fazer isso, quase certamente tornaremos as coisas piores. . . Tornarmos as coisas piores porque introduzimos uma perturbação que é simplesmente adicionada às demais perturbações.<sup>21</sup>

A tentativa teórica buscada por Friedman para negar a postulação de que a despesa governamental está relacionada com a expansão econômica é no sentido de discutir este postulado no âmbito da teoria do multiplicador. A idéia de que se as despesas governamentais forem mantidas na base de 100 unidades monetárias mais altas por unidade de tempo, e que a

---

21 Milton Friedman. Op. cit., p. 75.

renda sofrerá uma elevação de 300 unidades monetárias por cada unidade de tempo considerada, é, ao mesmo tempo, sedutora e espúria por não estarem sendo levados em consideração outros efeitos relevantes da mudança em questão.<sup>22</sup>

A base teórica da resposta de Friedman é ricardiana quando se trata de analisar os efeitos sobre o resto do sistema econômico, a origem dos recursos necessários ao financiamento dos gastos governamentais de 100 unidades monetárias ou mesmo o impacto do volume de gastos de semelhante magnitude. O que Friedman supõe equivocadamente é que existe um efeito substituição no processo. Em que consiste isso? Consiste em supor que as 100 unidades monetárias transferidas ao público não sejam gastas pelos indivíduos beneficiados; ou ainda que o investimento do governo na produção de um determinado bem pode significar o não-reaproveitamento dos recursos privados em magnitude equivalente noutras áreas. Nesse caso, mesmo no tocante à análise keynesiana, o efeito do investimento governamental fica compensado. Assim, diz Friedman, “é paradoxal que o único modo de evitar essa substituição é fazer com que o governo gaste seu dinheiro em empreendimentos inúteis. Mas, evidentemente, uma tal conclusão prova que há algo errado com a análise em questão”.<sup>23</sup>

A análise da política fiscal keynesiana não permite esse nível de abstração. Com isso, é irrealista supor que a produção pública e privada sejam excludentes; para supor excludentes é necessário assumir a hipótese absurda de que nas sociedades capitalistas existe alto grau de satisfação das necessidades coletivas. Mesmo assim, do ponto de vista teórico, seria possível a atuação simultânea dos setores privado e público e assim concluir que o gasto do Estado potencializa a expansão da renda.

De outro lado, Friedman preocupa-se em saber de onde o governo tira as 100 unidades monetárias para gastar. Tentando separar a política monetária da fiscal, Friedman supõe que, se o financiamento do gasto se der pela via de empréstimos mediante a venda de títulos públicos, a renda não se altera porque a quantidade de dinheiro permanece a mesma. “O governo toma emprestados 100 dólares de alguns indivíduos com a mão direita e doa o dinheiro com a mão esquerda àqueles com quem faz suas despesas. Pessoas diferentes têm dinheiro, mas o volume total de dinheiro

---

22 Milton Friedman. Op. cit., p. 77.

23 Ibidem, pp. 77-8.

existente é o mesmo”<sup>24</sup> Mas se os recursos tomados pelo governo forem ociosos, o gasto público irá impactar positivamente na renda e, nesse caso, a hipótese de Friedman não se confirma.

Friedman procura sair dessa armadilha dizendo que “Se não for este o caso — e não poderia sê-lo indefinidamente — então o governo só poderá vender os títulos oferecendo urna taxa de retorno alta”.<sup>25</sup> Para que o investimento privado continue se efetivando é necessário admitir que

os potenciais tomadores de empréstimos são tão teimosos a respeito de investimentos que nenhuma alta nas taxas de juros levará a um corte em suas despesas, ou, no jargão keynesiano, o esquema de eficiência marginal do investimento é completamente inflexível com referência à taxa de juros.<sup>26</sup>

Dessa forma, Friedman só admite a hipótese keynesiana de que os gastos governamentais são expansionistas se levar em consideração os extremos apontados acima: 1) que o público (família e empresa) tenha recursos ociosos, portanto sendo indiferente entre guardar o dinheiro disponível ou aplicá-lo em título do governo; 2) que a eficiência marginal do capital seja inflexível à taxa alta de juros. Como tais extremos são problemáticos, logo — segundo Friedman — fica difícil aceitar a hipótese keynesiana de a política fiscal ser expansionista; antes disso, considerando que a ação do governo é externa ao sistema econômico, qualquer ação de intervenção é marcada pelo caráter instabilizador.

Na concepção de Friedman a hipótese keynesiana torna-se uma aberração porque o autor parte de uma premissa falsa, qual seja: o sistema econômico está em permanente equilíbrio; nesse sentido, para os desajustes momentâneos existem mecanismos auto-equilibradores. Ora, sabe-se muito bem que a hipótese keynesiana é construída no período de retração aguda nos níveis dos negócios, portanto, um período em que a ociosidade dos fatores é a regra. Desse modo, uma política fiscal que faça elevar o nível de demanda agregada tem necessariamente caráter expansionista, portanto ela (a política fiscal) é anticíclica.

Indo mais adiante nessa discussão, pode-se afirmar que, dada a

---

24 *Ibidem*, p. 78.

25 *Ibidem*.

26 *Ibidem*.

importância que o Estado assume no capitalismo de hoje, os investimentos estatais não somente são anticíclicos mas também pró-cíclico expansivo.<sup>27</sup>

Para não fugir muito de uma concepção ricardiana e ao mesmo tempo facilitar o ataque ao expansionismo keynesiano, Friedman propositalmente exclui os aspectos monetários. Com isso, admitindo que a única saída da política expansionista é pela via fiscal, fica mais fácil demonstrar que uma política de gasto do Estado que envolva déficit tem de, necessariamente, em alguns momentos, competir com os recursos privados que estejam em busca de alocação. Se admitir a combinação da política fiscal com a política monetária expansionista e a capacidade de autofinanciamento do Estado (já que o Estado também é expropriador de excedente) fica evidente que não se precisa que a hipótese de política fiscal expansionista se encontre no cenário dos “extremos” friedmanianos.

Fica evidente, portanto, que o que de fato interessa a Friedman é uma discussão teórica abstrata a respeito da validade ou não dos postulados keynesianos para tirar o capitalismo da crise. É bem provável que os equívocos de Friedman ao negar resultados práticos positivos da política de Keynes para recuperação da economia capitalista decorra do fato de ele entender que o Estado de Keynes, além de ter uma política expansionista permanente, mediante uma situação de orçamento desequilibrado, postulado para garantir uma situação econômica de pleno emprego, é externo ao sistema econômico e responsável por uma ação de bem-estar social. Duplo equívoco! Um porque a perspectiva de Keynes para os gastos estatais era meramente de curto prazo — ficando reservado para o longo prazo a perspectiva da administração política, preocupado tão-somente com o gerenciamento do capitalismo numa situação de pleno emprego em condições de estacionaridade. Dois porque o Estado que emerge após a crise de 1929-33 por exigência das condições de reprodução do capitalismo naquele momento histórico foi fortemente criticado por Keynes nos seus escritos e conferências pronunciados entre 1930 e 1935, mas, sobretudo, no capítulo 24 da *Teoria Geral*, publicada em 1936.

---

27 O livro de Milton Friedman, *Capitalismo e Liberdade*, foi escrito em 1957 e publicado pela primeira vez em 1962. Em 1982 havia saído a segunda edição com um novo prefácio. Isso demonstra claramente o conservadorismo das idéias de Friedman, pois ele ainda consegue a façanha de analisar o capitalismo de hoje com os mesmos pressupostos da década de 1950. Nem o capitalismo estava em crise aguda e prolongada e nem se tinha um Estado superdesenvolvido. A hipótese de Friedman só tem alguma validade analítica caso se esteja no contexto do que chamamos de “Estado mínimo”. Daí a razão do autor de não poder incorporar em sua análise as dimensões atuais do Estado capitalista.

### III

Vemos, enfim, que os adeptos e os críticos tendem a ter uma compreensão das idéias de Keynes para além dos limites que elas verdadeiramente apontam e definem. Para nós, o relevante para se entender a proposta de Keynes para resolver a crise do capitalismo, no início dos anos 30, é distinguir o conteúdo de curto prazo do de longo prazo. E, dentro de cada um desses prazos, identificar os seus elementos caracterizadores. Sem essa metodologia, as possibilidades de avanços na compreensão do pensamento de Keynes ficam quase nulas. Haja vista que, nos últimos setenta anos, muito se escreveu sobre o assunto e pouco se elucidou a respeito.

Buscando contribuir para o entendimento dessa questão, temos como ponto de partida compreender a proposta de curto prazo formulada por Keynes e em qual campo do conhecimento ela está inserida. Em seguida, a de longo prazo com o mesmo objetivo.

Como já afirmado neste ensaio, o consenso em torno do que Keynes formulou, em política econômica e administrativa, para tirar o capitalismo da crise está equivocado. Todos — conservadores e progressistas — afirmam, sem nenhuma restrição, que o conteúdo da produção social sob a responsabilidade do Estado e os seus resultados decorreram da construção teórica e da política idealizadas por Keynes. Então, resultados positivos e negativos passaram a ser creditados e debitados ao acervo intelectual do próprio Keynes.

Entendemos que a proposta de política econômica de Keynes para tirar o capitalismo da crise é fundamentalmente de curto prazo — não estamos confundindo isso com os aspectos teóricos que tratam da propensão marginal a consumir e o multiplicador, da eficiência marginal do capital, do princípio da demanda efetiva, da noção de incerteza, etc. Quando Keynes elabora a proposta para ampliar o nível de emprego com a elevação da demanda efetiva mediante a ação precípua do Estado o faz nos limites do prazo curto — que para ele significa aquele intervalo de tempo necessário para fazer a economia transitar do estado de depressão até a situação de pleno emprego. Depois de chegar à situação de pleno emprego o que a economia vai necessitar do Estado não é mais uma ação vigorosa na produção e consumo sociais, mas sim de uma gestão dos elementos relevantes — a exemplo da taxa de juros, da cobrança de impostos e da alocação de gastos — para manter a situação de pleno emprego ou algo

próximo. Enfim, necessita de uma administração política que seja capaz de garantir a estabilidade nas relações sociais de produção, realização e distribuição. Nesse caso, a perspectiva de curto prazo é substituída pela de longo, ao passo que o conteúdo das preocupações deixa o campo da economia política e passa para o campo da administração política.

Essa natureza de curto prazo da política econômica, para elevar o nível da demanda efetiva em uma situação de crise, fica evidenciada com a discussão que Keynes faz a propósito da propensão marginal a consumir e o multiplicador (capítulo 12, pp. 95 e 96) da *Teoria Geral*.

[. . .] *em tempos de desemprego rigoroso, as obras públicas, ainda que de duvidosa utilidade, podem ser altamente compensadoras* [grifos meus, RSS], mesmo que apenas pelo menor custo dos gastos em assistência, desde que se possa admitir que a parte poupada da renda seja menor quanto mais intenso for o desemprego; *porém a validade desta proposição torna-se cada vez mais contestável à medida que nos aproximamos do pleno emprego* [grifos meus, RSS]. Além disso, se for correta a nossa hipótese de que a propensão marginal a consumir diminui à medida que nos aproximamos do pleno emprego, deduz-se que se torna cada vez mais difícil alcançar novos aumentos do emprego através de investimentos crescentes.<sup>28</sup>

No momento seguinte, qualifica melhor a sua proposta e a radicaliza com relação às possibilidades de gastos para elevar o nível da demanda efetiva e possibilitar a dissolução de todo o desemprego involuntário.

Quando existe desemprego involuntário, a desutilidade marginal do trabalho é, necessariamente, menor que a utilidade do produto marginal. Na realidade, pode ser menor, pois certa quantidade de trabalho, para um homem que esteve muito tempo desempregado, em vez de desutilidade, pode ter utilidade positiva. Admitindo isto, o raciocínio anterior demonstra como os gastos “inúteis” provenientes de empréstimos podem, apesar disso, enriquecer, no fim das contas, a comunidade. *A construção de pirâmides, os terremotos e até as guerras podem contribuir para aumentar a riqueza, se a educação de nos-*

---

28 John Maynard Keynes. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 95.

*... estadistas nos princípios da economia clássica for um empecilho a uma solução melhor*<sup>29</sup> [grifos meus, RSS].

Ver benefícios para a economia na “inutilidade” dos gastos públicos parece ser uma forma extremada de Keynes mostrar aos formuladores das políticas econômica e administrativa que, numa situação de crise em estágio de depressão, o gasto do Estado — qualquer que seja ele: consumo ou investimento, construindo casa ou fazendo a guerra ou, ainda, transferindo renda monetária diretamente para os cidadãos — assume papel decisivo para fazer o nível da demanda efetiva elevar-se. O que parece ser a leitura correta é entender que o Estado deve gastar para fazer aumentar o nível da procura e, na medida do possível, em bens que tragam maior satisfação para os indivíduos. Por essa razão afirma:

[. . .] Claro está que seria mais ajuizado construir casas ou algo semelhante; mas se tanto se opõe dificuldades políticas e práticas, o recurso citado não deixa de ser preferível a nada.<sup>30</sup>

Assim como Keynes não teve maior ordenamento lógico para dizer ou orientar como se daria o processo de alocação de recursos — não importando se construindo casas ou fazendo a guerra —, também em relação ao financiamento não há certo rigor para dizer como ele seria feito. De todo modo, em algumas passagens parece deixar claro que as possibilidades que deixassem os agentes — trabalhadores e capitalistas — mais empobrecidos deveriam ser descartadas; trata-se, a nosso ver, do aumento da carga fiscal e do endividamento por meio de título da dívida pública. Acredita-se que a via da tributação é um caminho inadequado porque pode implicar a redução do investimento ou do consumo noutros setores da economia. E afirma:

[. . .] se quisermos aplicar sem restrições o que ficou dito aos efeitos (por exemplo) de um incremento de obras públicas, teremos de supor que esse incremento não é compensado por um decréscimo do investimento em outros setores — e não há, naturalmente, qualquer mudança concomitante na propensão da comunidade a consumir.<sup>31</sup>

---

29 Ibidem, p. 96.

30 Ibidem.

31 Ibidem, p. 90.

Numa situação de depressão, a política tributária, avalia Keynes, deve ser incentivadora dos investimentos e do consumo.<sup>32</sup> Nesse sentido, os rendimentos futuros da poupança (indivíduo) ou do investimento (capitalista) dependem não apenas da taxa de juros, mas também da política fiscal do Governo.

Os impostos sobre a renda, particularmente quando gravam a renda “não ganha”, os impostos sobre o lucro do capital e sobre heranças, etc., são tão importantes quanto a taxa de juros, sendo mesmo possível que as modificações eventuais da política fiscal tenham, pelo menos nas expectativas, maior influência que a taxa de juros. Se a política fiscal for usada como um instrumento deliberado para conseguir maior igualdade na distribuição das rendas, seu efeito sobre o aumento da propensão a consumir será, naturalmente, tanto maior.<sup>33</sup>

Se a política fiscal pode trazer complicações para a eficiência marginal do capital e, com isso, em vez de ampliar pode fazer diminuir o nível da demanda agregada, é correto, então, supor que a sugestão de Keynes de uma política fiscal mais branda, sobretudo, o gravame sobre o capital, torna-se válida, então, a hipótese de que a tributação implica, nesses casos, tão-somente a transferência do *poder de compra* sem conseqüências positivas sobre o nível da demanda agregada da economia. Só em uma situação muito especial em que os agentes poupadores líquidos estejam com recursos ociosos é que o ato do Estado, mediante a política fiscal, de transferi-los para uma aplicação direta pode produzir efeitos positivos.

De igual modo, também parece evidente que em condições de depressão o financiamento das despesas públicas mediante recursos de empréstimos tomados à banca (por contrato) ou junto ao público (mediante título da dívida pública) não é recomendado por Keynes.

O financiamento da política expansionista do Estado por meio de empréstimos pode ter o efeito de elevar a taxa de juros e por isso retardar os investimentos noutros setores em razão de uma expectativa de queda na eficiência marginal do capital. A elevação da taxa de juros se dá em razão da concorrência que se estabelece entre o Estado e os investidores privados pelo mesmo montante de dinheiro (o efeito *crowding-out*). Exemplifican-

---

32 Esta parte da análise está mais bem desenvolvida no meu livro *A Teoria das Finanças públicas no Contexto do Capitalismo – Uma discussão com os filósofos economistas: de Smith a Keynes*. São Paulo: Mandacaru, 2001, cap. 3, seção I.

33 John Maynard Keynes. Op. cit., p. 74.

do, Keynes diz: “O auxílio de desemprego financiado por empréstimos deve ser considerado, de preferência, como uma poupança negativa”.<sup>34</sup>

Ademais, o financiamento por meio de empréstimo pode implicar que, no médio prazo, a necessidade de resgatar as dívidas contraídas no passado, os novos empréstimos não apresentem os efeitos desejados. Isto é perfeitamente factível se se mantém a noção do gasto em consumo, muitas vezes vinculado a coisas inúteis, como chega a admitir Keynes.<sup>35</sup> No entanto, se a noção que se tem dos gastos governamentais é diferente desta — por exemplo, na construção de rodovias, construção de escolas, criação de centros de pesquisas científicas e desenvolvimento tecnológico — é óbvio que o financiamento do gasto mediante empréstimo é autoliquidável em razão do alargamento da base tributária, no futuro. Como há necessidade de o Estado elevar permanentemente ou pelo menos manter os níveis de gastos, isto implicaria a elevação da taxa de juros com efeitos negativos sobre o investimento e o consumo.

Para eliminar os problemas causados pela alta da taxa de juros, Keynes sugere a intervenção das autoridades monetárias para fazê-la baixar; nesse caso, a solução passa por uma política monetária expansionista. E aqui pode estar a forma mais conveniente de financiamento dos gastos governamentais no modelo keynesiano, por meio de papel-moeda emitido pelo Estado.<sup>36</sup> Em defesa dessa alternativa, Keynes não chega a ser enfático, mas também não antevê os obstáculos contidos na tributação e nos empréstimos.

A sutileza de Keynes em relação a esse ponto passa por uma associação entre a expansão monetária e o crescimento da renda. Segundo o autor, supondo que o padrão seja em moeda de ouro, a variação na renda pode estar diretamente vinculada à expansão nas atividades de mineração, cujo ouro extraído estará sempre sendo acrescido à renda de alguém. A analogia com o papel-moeda emitido pelo Estado é completa ao afirmar

---

34 John Maynard Keynes. Op. cit. p. 84.

35 Vale ressaltar que esta noção de que os gastos do Estado são sempre em consumo, portanto improdutivos, foi desenvolvida com maior rigor pelos autores clássicos Smith, Ricardo e, particularmente, Say. Posteriormente, os neoclássicos e os novos clássicos — de Pigou a Sargent, passando por Hicks e Friedman — passam a tomar a noção de gasto improdutivo como um dado, sem considerar toda a relevância que tem o gasto público na produção social e na intermediação financeira.

36 Lembremos que esta é uma forma de financiamento pertinente a uma situação de crise do capitalismo em condições de depressão e deflação. Certamente, caso a crise fosse caracterizada como de *stagflation* a proposta para o financiamento dos gastos governamentais teria um outro direcionamento.

que “A situação é exatamente a mesma quando as variações de  $M$  são devidas a emissões de papel-moeda feitas pelo Governo para atender a suas despesas correntes; neste caso, também, o novo dinheiro se acrescenta à renda de alguém”.<sup>37</sup> Completando o seu raciocínio sobre essa questão, Keynes diz:

Se o Tesouro se dispusesse a encher garrafas usadas com papel-moeda, as enterrasse a uma profundidade conveniente em minas de carvão abandonadas que logo fossem cobertas com o lixo da cidade e deixasse à iniciativa privada, de acordo com os bem experimentados princípios do *laissez-faire*, a tarefa de desenterrar novamente as notas (naturalmente obtendo o direito de fazê-lo por meio de concessão sobre o terreno onde estão enterradas as notas), o desemprego poderia desaparecer e, com a ajuda das repercussões, é provável que a renda real da comunidade, bem como a sua riqueza em capital, fossem sensivelmente mais altas do que, na realidade, o são. [ . . . ] Entre este expediente e o da exploração das minas de ouro do mundo real, a analogia é completa.<sup>38</sup>

Desse modo, a expansão monetária, além de ser um mecanismo menos problemático no financiamento das despesas governamentais, serviria, também, de instrumento disciplinador do comportamento da taxa de juros, cuja elevação pode fazer baixar a renda em função da queda das expectativas em relação a uma baixa eficiência marginal do capital.

Em verdade, da análise acima, pode-se concluir que, das três formas possíveis admitidas por Keynes para se processar o financiamento das atividades estatais, a mais conveniente parece ser a expansão monetária. Acredita-se não ser essa conclusão apressada, pois Keynes sabia tanto ou mais que qualquer outro que naquele instante (de crise profunda) falar, ou melhor, advogar a possibilidade da mais tradicional fonte de financiamento das atividades governamentais (no caso, tributária) seria cometer um erro analítico imperdoável. De igual modo sucede em relação ao financiamento mediante recursos por motivos especulativos; há momentos em que o governo não pode financiar parte dos gastos mediante recursos de terceiros

sem que os interesses referentes ao aumento do emprego e da renda sejam problematizados em razão da elevação da taxa de juros.<sup>39</sup>

Além disso, Keynes sabia que a tributação, o mercado de crédito e a emissão de papel-moeda pelo governo não eram as únicas formas possíveis de financiamento dos gastos estatais. No pós-30, o excedente do setor produtivo estatal passou a se constituir num poderoso instrumento de financiamento da política de alocação do Estado e (é bem possível que em termos da acumulação geral) a mais conveniente. Bem antes de Keynes publicar a *Teoria Geral*, presenciou-se, em países como a Alemanha, a França, a Itália e, particularmente, na sua Inglaterra, a estatização de grandes blocos de capitais produtivos e da intermediação financeira.

Mesmo com essas evidências, ainda assim Keynes não menciona o excedente do setor produtivo estatal como forma de financiamento das atividades do Estado. Seria em razão de que a crise era determinada por uma superprodução que levou os preços a caírem abaixo da linha de custos? Ou será que as convicções ideológica e classista de Keynes não o permitiam admitir essas hipóteses em sua análise? Tudo pode ser válido na explicação da ausência do setor produtivo estatal (SPE), na teoria de Keynes, até mesmo a pouca evidência do potencial do SPE logo no início dos anos 30.

No entanto, qualquer resposta que se dê e mesmo que espelhe a mais pura verdade ainda assim este não é o ponto mais relevante da discussão. O que é relevante ressaltar é que, mesmo não havendo em Keynes uma teoria das finanças públicas sistematizada, ainda assim as suas formulações estão inteiramente compatíveis com a concepção de discussão contida na *Teoria Geral*. . . Keynes fala da importância dos mercados externos criados pelos gastos do governo em consumo para elevar o nível da demanda efetiva, mesmo não nos dizendo de forma clara e sistemática qual a natureza desse consumo, qual a forma mais adequada de financiá-lo e, sobretudo, qual o limite que se deve impor aos gastos do governo para que o processo acumulativo no setor privado não sofra descontinuidade.<sup>40</sup>

---

39 Não obstante, há de se reconhecer a existência de uma fase de ociosidade transitória, isto é, uma fase em que os recursos estão em processo de *desaplicação* e em busca de novas alternativas ou franquias de *aplicação*. Poder-se-ia dizer que entre um momento e o outro o tempo é muito curto e por isso não atende às necessidades de financiamento do Estado que poderia estar necessitando de prazo mais elástico; isto pode ser verdadeiro, mas não é o problema, visto que um dos papéis do mercado financeiro é justamente alterar os prazos entre os emprestadores de última instância (curto prazo) e os tomadores de última instância (médio e longo prazo).

40 Apesar de fazer crítica à teoria do subconsumo — talvez pelo fato de essa idéia ter em perspectiva uma crise endógena ao sistema capitalista —, o fato é que a sua noção de mercados externos não esteja tão diferente da discutida bem antes por Malthus e Rosa Luxemburgo.

Ademais, fica evidente que no aspecto particular da política econômica a perspectiva de Keynes era de curto prazo. Isso quer dizer que em Keynes o gasto estatal tem uma função anticíclica e não se insere na dinâmica capitalista de forma determinada e integral. Sendo assim, a proposta de longo prazo em Keynes não está mais no campo da economia política e sim da administração política. Essa distinção qualitativa é vital para se compreender de fato o que ocorreu nos encaminhamentos para a saída da crise capitalista dos anos 30 e ajudar a desmitificar o mito de que a política econômica implementada tem origem em Keynes, assim como a sua integralidade é de natureza econômica pura e simplesmente.

Para compreendê-la adequadamente não é possível tomando apenas a análise de Keynes contida na *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*; é necessário voltar a escritos anteriores, tais como *O Fim do Laissez-Faire* e *As Possibilidades Econômicas dos Nossos Netos*. Embora já tendo escrito textos de densidade teórica mais elevada, como *O Tratado Sobre as Probabilidades* e o livro *Indian Currency and Finance*, a notoriedade de Keynes ocorre com a publicação do livro *As Conseqüências Econômicas da Paz*,<sup>41</sup> publicado em 1919. Aqui aparecem, também, as suas preocupações iniciais em formular propostas para resolver problemas práticos do capitalismo.

Até esse instante é evidente que Keynes está compreendendo e propondo soluções para os problemas práticos do capitalismo fundamentado nos pressupostos neoclássicos, base da sua formação escolar. Entretanto, dada a persistente dificuldade da Europa, notadamente a Alemanha, em recuperar-se da crise econômica que decorre da longa guerra de 1914-1918, Keynes começa a perceber que ficar aferrado aos ensinamentos da lei dos mercados de Say pode mais prejudicar do que ajudar o desempenho da economia capitalista. Assim, instigado a falar sobre os problemas econômicos daquela época, Keynes produz, a partir da conferência feita em Oxford (em novembro de 1924) e da palestra pronunciada na Universidade de Berlim (em junho de 1926), a mais bem elaborada crítica à forma como o capitalismo vinha, até então, sendo administrado — nasce, então, o panfleto (publicado em 1926) intitulado *O Fim do Laissez-Faire*.

---

41 Há quem ache que essa notoriedade de Keynes deveu-se mais às suas irreverentes e sarcásticas críticas aos ambiciosos e irresponsáveis desejos dos representantes dos Estados Unidos (na pessoa do seu presidente Woodrow Wilson), da Inglaterra (na do seu primeiro-ministro Lloyd George) e da França (na do seu presidente Clemenceau) na exigência de ressarcimentos dos gastos de guerra feita aos alemães do que propriamente pelo brilhantismo de suas críticas aos aspectos econômicos do Tratado.

Aqui, Keynes procura mostrar a origem do individualismo hedonístico, dos séculos XVII e XVIII, e a influência dos filósofos-economistas na consagração do princípio do *laissez-faire*, durante o século XIX. Convencido de que a orientação dada ao capitalismo pela lei de Say estava equivocada, então propõe que, além de se fazer uma atuação econômica pelo lado da demanda, o capitalismo recebesse nova orientação administrativa, com uma gestão centralizada da moeda, do investimento e da população.

Para o entendimento dessa trajetória de mudança, Keynes parte do entendimento da mudança que se processa na compreensão da vida pelo indivíduo, que deixa de encontrar-se com Deus através da figura do rei e passa a enxergar na operosidade individual o único caminho da virtude para consagrar-se. Assim, diz Keynes,

No fim do século XII, o direito divino dos reis foi substituído pela liberdade natural e pelo contrato social; e o direito divino da Igreja, pelo princípio da tolerância e pelo ponto de vista de que uma igreja é “uma sociedade voluntária de homens” que se reúnem de maneira “absolutamente livre e espontânea”. Cinquenta anos mais tarde, a origem divina e a voz absoluta da moral deram lugar aos cálculos da utilidade. Com Locke e Hume estas doutrinas deram origem ao individualismo. Os direitos individuais presumidos pelo contrato social, a nova ética que não passava de um estudo científico das conseqüências do amor-próprio racional, colocavam o indivíduo no centro do mundo.<sup>42</sup>

Essas idéias vão ganhar densidade e amplitude com o aparecimento dos economistas que deram fundamentação científica ao individualismo utilitarista e, com isso, tentaram pôr em prática a difícil tarefa, segundo Keynes, de harmonia divina entre o lucro privado e o bem público e que, de certo modo, levou ao triunfo o *laissez-faire*, durante todo o século XIX e início do XX.

Essas idéias convergiam para as noções práticas dos conservadores e dos advogados. Elas forneceram um fundamento intelectual satisfatório para os direitos de propriedade e para a liberdade do seu

---

42 John M. Keynes. O fim do *laissez-faire*. In: Tamás Szmrecsányi (org.). *Keynes*. (Coleção Grandes Cientistas Sociais), São Paulo: Ática, 1984.

titular fazer o que desejasse consigo e com o que era seu. Essa foi uma das contribuições do século XVIII ao clima que ainda respiramos.<sup>43</sup>

Muito ao estilo de Keynes, o triunfo do individualismo, *do laissez-faire* não foi uma resultante apenas das virtudes do capitalismo e dos seus agentes (os capitalistas), seriam “necessários muitos outros ingredientes para completar a mistura”, que formaria, em verdade, a grande cultura do capitalismo.

Em primeiro lugar, a corrupção e a incompetência dos governos do século XVIII, dos quais muitos legados sobreviveram no século XIX. O individualismo dos filósofos políticos tendia para o *laissez-faire*. A harmonia divina ou científica (conforme o caso) entre o interesse particular e a vantagem política também tendia para o *laissez-faire*. Mas, acima de tudo, a inépcia dos administradores públicos contribuiu muito para levar o homem prático ao *laissez-faire* — um sentimento que, de maneira alguma, desapareceu. Quase tudo o que o Estado fizesse além de suas funções mínimas, no século XVIII, era, ou parecia, injurioso ou sem êxito.

Por outro lado, o progresso material entre 1750 e 1850 veio da iniciativa individual, e quase nada ficou a dever à influência intervencionista da sociedade organizada como um todo. Assim, a experiência prática reforçava os raciocínios *a priori*. Os filósofos e os economistas nos diziam que, por diversas e profundas razões, a empresa privada sem entraves iria promover o maior bem para a sociedade toda. O que poderia ter servido melhor ao empresário?<sup>44</sup>

Antes de formular a nova proposta de administração do capitalismo, Keynes deixa claro que a tese de que o individualismo ou o auto-interesse esclarecido sempre atua em favor do interesse público não é verdadeira, pois carece de comprovação empírica. E assim se pronuncia a respeito:

Esclareçamos desde o início os princípios metafísicos ou gerais sobre os quais, de tempos em tempos, se fundamentou o *laissez-faire*.

---

43 John M. Keynes. O fim do laissez-faire. In: Tamás Szmrecsányi (org.). *Keynes*, cit., p. 107.

44 *Ibidem*, p. 109.

*Não* é verdade que os indivíduos possuem uma “liberdade natural” prescritiva em suas atividades econômicas. *Não* existe um contrato que confira direitos perpétuos aos que os têm ou aos que os adquirem. O mundo *não* é governado do alto de forma que o interesse particular e o social sempre coincidam. *Não* é administrado aqui embaixo para que na prática eles coincidam. *Não* constitui uma dedução correta dos princípios da Economia que o auto-interesse esclarecido sempre atua a favor do interesse público. Nem é verdade que o auto-interesse *seja* geralmente esclarecido; mais freqüentemente, os indivíduos que agem separadamente na promoção de seus próprios objetivos são excessivamente ignorantes ou fracos até para atingi-los. A experiência *não* mostra que os indivíduos, quando integram um grupo social, são sempre menos esclarecidos do que quando agem separadamente.<sup>45</sup>

Como se vê, ao longo deste ensaio, a crítica de Keynes à economia capitalista não se fundamenta nos elementos da economia política e, muito menos, da teoria econômica, mas sim nos conteúdos da administração política, procurando estabelecer um novo padrão de gestão — da concepção de gestão descentralizada para uma situação mais centralizada — de modo que elimine a instabilidade que é própria do sistema econômico capitalista. Desse modo, inspirado em Jeremy Bentham, Keynes vai propor a construção de uma *Agenda* do Governo complementar à política que considera de responsabilidade do restante da sociedade. Os pontos centrais dessa *Agenda* são os que seguem:

Creio que a cura desses males deve ser procurada no controle deliberado da moeda e do crédito por uma instituição central, e em parte na coleta e disseminação em grande escala dos dados relativos à situação dos negócios, inclusive a ampla e completa publicidade, se necessário por força da lei, de todos os fatos econômicos que seriam úteis conhecer. Essas medidas envolveriam a sociedade no discernimento e controle, através de algum órgão adequado de ação, de muitas das complexas dificuldades do mundo dos negócios, embora mantendo desimpedidas a iniciativa e a empresa particulares. Ainda que estas

---

45 Ibidem, p. 120.

medidas se mostrem insuficientes, elas nos fornecerão um melhor conhecimento do que temos, para dar o próximo passo.

Meu segundo exemplo diz respeito à poupança e ao investimento. Creio que é preciso haver algum ato coordenado de apreciação inteligente sobre a escala desejável em que a comunidade como um todo deva poupar, a escala em que esta poupança deva ir para o exterior sob a forma de investimentos externos; e sobre se a atual organização do mercado de capitais distribui a poupança através dos canais produtivos mais racionais. Não acho que estas questões possam ser deixadas inteiramente como estão sendo agora, ao sabor da apreciação particular e dos lucros privados.

Meu terceiro exemplo refere-se à população. Já chegou o tempo em que cada país precisa de uma política considerada nacional do que mais lhe convém quanto ao tamanho da população, seja maior, menor ou igual à atual. E tendo fixado esta norma, precisamos dar os passos necessários para fazê-la funcionar. Poderá chegar o tempo, um pouco mais tarde, em que a comunidade como um todo deverá prestar atenção à qualidade inata, tanto quanto ao simples número dos seus futuros membros.<sup>46</sup>

Em sua síntese na construção de um projeto para o do gerenciamento do capitalismo, Keynes — mesmo objetando o que considera ser o socialismo de Estado doutrinário — diz que as suas reflexões

*são dirigidas para os possíveis aperfeiçoamentos na técnica do capitalismo moderno, por meio da ação coletiva do Estado. . . Poderá chegar o dia em que estaremos mais esclarecidos do que agora, ao falar do capitalismo como uma técnica eficiente ou ineficiente, ou falar dele como algo desejável ou censurável. De minha parte, acho que, sabiamente administrado [grifo meu, RSS], o capitalismo pode se tornar mais eficiente para atingir objetivos econômicos mais do que qualquer sistema alternativo conhecido, mas que, em si, ele é de muitas maneiras sujeito a inúmeras objeções.<sup>47</sup>*

---

46 John M. Keynes. O fim do laissez-faire. In: Tamás Szmrecsányi (org.). *Keynes.*, cit., p. 124.

47 Ibidem, pp. 124 e ss.

Quando diz que se o capitalismo for *sabidamente administrado* pode tornar-se mais eficiente para atingir objetivos econômicos, Keynes não só referencia a sua análise e preocupações com a crise do capitalismo no contexto da administração política, assim como já fica demonstrado, também, neste texto de 1924/26, que a sua análise de longo prazo está mais contida no campo da administração do que propriamente no da economia, como há muito é compreendida pelas análises econômicas e correlatas.

Para o final da década de 20, Keynes passa a se dedicar mais às preocupações teóricas, tentando ir além da teoria clássica na explicação analítica para o problema do desemprego. Assim, em 1930, sai publicado *A Treatise on Money*. Apesar de esse livro confirmar Keynes como um dos grandes conhecedores dos intrincados problemas monetários da economia capitalista, fortes críticas foram feitas a esse trabalho de Keynes:

Hayek e Robertson, em particular, apontaram um grande equívoco no livro. Este, seguindo as idéias de Robertson, pretendia explicar as flutuações de preço e produção a partir dos desequilíbrios entre investimento e poupança. Tanto Hayek quanto Robertson detectaram uma inconsistência entre a explicação dessa relação e a equação escrita por Keynes no corpo do livro. Também os discípulos de Keynes em Cambridge (Joan e Austin Robinson, Richard Kahn, James Meade, Piero Sraffa e outros) anotaram várias críticas ao seu trabalho. A mais severa dizia respeito ao fato de que Keynes havia desenvolvido uma teoria de flutuações de nível geral de preços que pressupunha, a exemplo dos clássicos, a hipótese de produto constante em nível de pleno emprego. Ou seja, não explicava o que se propunha explicar: as flutuações de emprego e produção.<sup>48</sup>

Mesmo com essa investida mais forte em temas teóricos, Keynes não deixa de lado as preocupações em relação aos problemas práticos da economia capitalista de seu tempo. Entre 1928 e 1930, em conferências e palestras Keynes produz notas sobre o futuro da economia capitalista e que foram publicadas, em 1930, sob o título *As Possibilidades Econômicas de Nossos Netos*. Diferentemente dos sentimentos em *O Fim do Laissez-faire*, Keynes parece bem mais otimista em *As Possibilidades Econômicas*

---

48 Adroaldo Moura da Silva em Apresentação à edição brasileira do livro *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. Série os Economistas, São Paulo: Nova Cultural, 1985.

*de Nossos Netos*, até recriminando a postura dos pessimistas, ao avaliar aquele momento da forma que segue:

Estamos sofrendo hoje de um violento ataque de pessimismo econômico. Tornou-se comum ouvir as pessoas dizerem que terminou o período de enorme progresso econômico que caracterizou o século XIX; que a rápida melhoria no padrão de vida vai se tornar mais lenta — pelo menos na Grã-Bretanha; que, na década que temos pela frente, será mais provável um declínio da prosperidade do que um progresso.

Creio que se trata de uma interpretação extremamente errada do que está acontecendo conosco. Estamos sofrendo, não do reumatismo da velhice, mas das dores crescentes de mudanças excessivamente rápidas, da dor do reajustamento entre um período econômico e outro. O aumento da eficiência técnica tem ocorrido com mais rapidez do que conseguimos lidar com o problema da absorção de trabalhadores; o progresso do padrão de vida foi um pouco rápido demais; o sistema bancário e monetário do mundo tem impedido que a taxa de juros caísse tanto quanto seria exigido pelo equilíbrio.<sup>49</sup>

Apesar do otimismo, Keynes, por outro lado, compreende que a economia da sua época está vivendo uma nova doença, e a respeito dela alguns leitores ainda podem não ter ouvido falar, mas sobre a qual ouvirão muito nos próximos anos — trata-se do *desemprego tecnológico*, mas que isso deve ser considerado como um desajustamento temporário, mesmo assim turnos de três horas ou semanas de quinze horas poderão adiar o problema por algum tempo — o que se configurou um erro analítico, podemos hoje constatar. Nesse sentido, Keynes diz que o seu objetivo, no ensaio,

[ . . . ] não é examinar o presente ou o futuro próximo, desembaraçar-me de visões curtas e levantar vôo. O que podemos racionalmente esperar daqui a cem anos quanto ao nível de nossa vida econômica? Quais as possibilidades econômicas de nossos netos?<sup>50</sup>

---

49 John M. Keynes. O fim do laissez-faire. In: Tamás Szmrecsányi (org.). *Keynes.*, cit., p. 150.

50 *Ibidem*, p. 154.

Depois de compreender as necessidades humanas em duas classes: as necessidades absolutas, que serão superadas depois de as sociedades atingirem níveis mais altos de renda e a introdução de melhoras no processo de distribuição; e as necessidades relativas, que devotam mais energia a finalidades não-econômicas e satisfazem o desejo de superioridade, Keynes expressa a sua expectativa de futuro dizendo:

Vejamos agora a minha conclusão, que vocês acharão, segundo penso, cada vez mais surpreendente para a imaginação, quanto mais pensarem nela.

A minha conclusão é que, se não houver grandes guerras e um grande aumento da população, o *problema econômico* [grifo do autor] poderá ser resolvido, ou pelo menos ter uma solução à vista, nos próximos cem anos. Isto significa que o problema econômico não constitui — se olharmos para o futuro — o *problema permanente da raça humana* [grifo do autor].<sup>51</sup>

Finalizando as suas notas, Keynes diz:

O *ritmo* [grifo do autor] em que poderemos atingir esse nosso destino de satisfação econômica será condicionado por quatro fatores — a nossa capacidade de controlar a população, nossa determinação em evitar guerras e dissensões civis, nossa disposição em confiar à ciência a direção dessas questões, que constituem propriamente a preocupação da ciência, e o ritmo de acumulação, fixado pela margem entre a produção e o consumo; este último facilmente zelará por si depois da ocorrência dos três primeiros.

Enquanto isso, não haverá mal em fazer moderados preparativos para o nosso destino, em encorajar e experimentar as artes da vida, bem como as atividades com um propósito.

Mas, principalmente, não nos permitamos superestimar a importância do problema econômico, ou o sacrifício às suas supostas necessidades de outras questões de maior ou menor significação permanente. Esse problema deve ser atribuído a especialistas — da mesma forma que a odontologia. Se os economistas pudessem dar um

---

51 Ibidem, pp. 154 e 155.

jeito de serem considerados como pessoas humildes e competentes, num mesmo nível que os dentistas, seria excelente!<sup>52</sup>

Desse ensaio, iniciado em 1928 e concluído em 1930, podemos tirar três lições. A primeira com relação ao seu pessimismo que fora manifestado em *O Fim do Laissez-faire* é substituído por um excessivo otimismo em razão de que, já em 1930, as reivindicações para se mudar a administração do capitalismo tinham sido mais do que atendidas, porquanto o Estado, desse momento em diante, passou a assumir a administração política do capitalismo — até mesmo para além dos termos da sua *Agenda de Governo*, proposta em 1926. A segunda é dada pela reafirmação de que, verdadeiramente, a perspectiva de longo prazo em Keynes não está no campo da economia e sim da administração (vide nota 43). A terceira lição é dada por um aspecto que pode ser considerado assustador pelos mais devotos do capitalismo e que expressa na afirmação de Keynes de que *o problema econômico não constitui — se olharmos para o futuro — o problema permanente da raça humana* e, ainda, que a economia política desaparecerá, restando apenas o trabalho profissional do economista.

A perspectiva de longo prazo de Keynes e que está referenciada no campo da Administração Política encontra-se consolidada na *Teoria Geral*, particularmente no Capítulo 24 — *Notas Finais Sobre a Filosofia a que Poderia Levar a Teoria Geral*. Também, aqui, Keynes define de forma muito precisa quais seriam os limites que o capital deveria estabelecer para a atuação do Estado e a natureza do papel que desempenharia na nova estrutura da divisão social do trabalho concebida na sua proposta de administração política, para o período pós-crise 1929/33.

Para entender bem essa questão, é necessário considerar preliminarmente que, em nosso ponto de vista, a *Teoria Geral* sobrevive sem os conteúdos do Livro Sexto, mas a necessidade de escrevê-lo, particularmente o capítulo 24, decorre de, primeiro, fazer um elo da *Teoria Geral* com as suas preocupações originárias contidas em *O Fim do Laissez-Faire*, segundo, esclarecer melhor a sua proposição em relação à intervenção do Estado na economia — que, diga-se de passagem, é mais conservadora do que se imagina — e, terceiro, reforçar a idéia de que o sucesso do capitalismo no futuro dependia menos da teoria econômica e mais de maior capacidade de gestão — o que entendemos ser a essência da Administração Política.

---

52 John M. Keynes. O fim do laissez-faire. In: Tamás Szmrecsányi (org.). *Keynes.*, cit., p. 159.

Queremos crer que a proposição de intervenção do Estado, ou melhor, o caráter anticíclico do gasto público sempre foi algo confuso para os exegetas de Keynes — particularmente na diferenciação entre o significado para Keynes da intervenção através do gasto anticíclico e o da intervenção mediante a gestão orientadora das relações sociais de produção e distribuição, valendo-se dos instrumentos tributários e monetários. Para muitas das análises não há diferença entre uma coisa e outra, mas para o plano de análise de Keynes há e é de fundamental importância — daí a necessidade de escrever — como já dito — o Livro Sexto, particularmente o Capítulo 24. A passagem, a seguir, expressa bem a idéia esclarecedora desse aspecto fundamental para a compreensão melhor da proposta de Keynes:

As implicações da teoria exposta nas páginas precedentes são, a outros respeito, razoavelmente conservadoras. Embora essa teoria indique ser de importância vital o estabelecimento de certos controles sobre atividades que hoje são confiadas, em sua maioria, à iniciativa privada, há muitas outras áreas que permanecem sem interferência. O Estado deverá exercer uma influência *orientadora* [grifo meu, RSS] sobre a propensão a consumir, em parte através do seu sistema de tributação, em parte por meio da fixação da taxa de juros e, em parte, talvez, recorrendo a outras medidas. Por outro lado, parece improvável que a influência da política bancária sobre a taxa de juros seja suficiente por si mesma para determinar um volume de investimento ótimo. Eu entendo, portanto, que uma socialização algo ampla dos investimentos será o único meio de assegurar uma situação aproximada de pleno emprego, embora isso não implique a necessidade de excluir ajustes e fórmulas de toda a espécie que permitam ao Estado cooperar com a iniciativa privada. Mas, fora disso, não se vê nenhuma razão evidente que justifique um Socialismo do Estado abrangendo a maior parte da vida econômica da nação. Não é propriedade dos meios de produção que convém ao Estado assumir. Se o Estado for capaz de determinar o montante agregado dos recursos destinados a aumentar esses meios e a taxa básica de remuneração aos seus detentores, terá realizado aquilo que lhe compete. Ademais, as medidas necessárias de socialização podem ser introduzidas gradualmente sem afetar as tradições generalizadas da sociedade.<sup>53</sup>

---

53 Ibidem, p. 256.

No plano das relações internacionais, Keynes também propugna por uma nova concepção de gestão das relações comerciais — não apenas restrita nos limites dos interesses bilaterais, mas, sobretudo, uma clara percepção de que o seu modelo de administração política do capitalismo deveria ser extensivo ao plano das relações internacionais.<sup>54</sup> Sua preposição é motivada pela crítica que faz ao sistema que vem sendo adotado, até então.

Observei, de passagem, que o novo sistema poderia ser mais favorável à paz do que o antigo. Vale a pena repetir e enfatizar esse ponto.

A guerra tem diversas causas. O ditadores e pessoas semelhantes, aos quais a guerra oferece, pelo menos em expectativa, uma excitação deleitável, não encontram dificuldade em fomentar a natural belicosidade de seus povos. Porém, além disso, facilitando o seu trabalho de insuflar as chamas do entusiasmo do povo, aparecem as causas econômicas da guerra, ou seja, as pressões da população e a luta acirrada pelos mercados. Este segundo fator, que desempenhou no século XIX, e talvez venha a desempenhar ainda, um papel essencial, tem estreita relação com o nosso assunto. [. . .] sob o regime de *laissez-faire* interno e de padrão de ouro internacional, como era correto na segunda metade do século XIX, não havia qualquer outro meio disponível a um governo para aliviar a miséria econômica interna a não ser lutar pela conquista de mercados externos. Isso porque todos os remédios eficazes para o desemprego crônico ou intermitente estavam excluídos, à exceção das medidas destinadas a melhorar o balanço de pagamentos em conta corrente.<sup>55</sup>

Considera ser possível, então, que em havendo lugar para uma [nova] divisão internacional do trabalho e em condições favoráveis de crédito internacional — e considerando ser também possível as nações aprenderem a manter o pleno emprego por meio de uma política interna — “não [. . .] mais haver a necessidade de forças econômicas importantes destinadas a

---

54 Essas compreensão e proposição de Keynes são os prelúdios das discussões de Bretton Woods que irão culminar com o surgimento, em 1945/46, da ONU, do Bird, do FMI e de toda uma institucionalização que daí deriva — a exemplo dos BADs (Bancos africano e asiático de desenvolvimento), do BID, da OMS, da Opas, do Unicef, da FAO, da OIT (embora criada em 1922), entre outros; até mesmo se pode considerar também fazendo parte dessa concepção o próprio Plano Marshall, de 1946.

55 J. Maynard Keynes. Op. cit., p. 258.

predispor um país contra os seus vizinhos”.<sup>56</sup> Assim podendo, Keynes conclui que:

O comércio internacional deixaria de ser o que é, um expediente desesperado para manter o emprego interno, forçando as vendas nos mercados externos e restringindo as compras, o que, se tivesse êxito, simplesmente deslocaria o problema do desemprego para o vizinho que levasse desvantagem na luta, e se converteria num livre e desimpedido intercâmbio de mercadorias e serviços em condições de vantagens mútuas.<sup>57</sup>

Encaminhadas as proposições para concertar uma administração política do capitalismo no plano internacional, Keynes se volta à tarefa conclusiva de seu pensamento e fazer um retorno triunfal às suas origens, enaltecendo as virtudes tanto do individualismo, quanto da teoria econômica clássica.

Quanto ao individualismo, assegura que:

Os controles centrais necessários para assegurar o pleno emprego exigirão, naturalmente, uma considerável extensão das funções tradicionais de governo. A partir disso, a própria teoria clássica moderna chamou a atenção sobre as várias condições em que pode ser necessário refrear ou guiar o livre jogo das forças econômicas. Todavia subsistirá ainda uma grande amplitude, que permite o exercício da iniciativa e responsabilidade privada. Nesse domínio, *as vantagens tradicionais do individualismo continuam sendo válidas* [grifo nosso, RSS]. [. . .] enquanto a ampliação das funções do governo, que supõe a tarefa de ajustar a propensão a consumir com o incentivo para investir, poderia parecer a um publicista do século XIX ou a um financista americano contemporâneo uma terrível transgressão do individualismo, eu a defendo, ao contrário, *como o único meio executável de evitar a destruição total das instituições econômicas atuais e como condição de um bem-sucedido*<sup>58</sup> *exercício da iniciativa individual* [grifo meu, RSS].<sup>59</sup>

---

56 Ibidem.

57 Ibidem.

58

59 Ibidem, p. 257.

Quanto à teoria econômica, já havíamos dito que Keynes não rompe com o seu aprendizado nos postulados clássicos e neoclássicos da Escola de Cambridge, mas apenas procura, valendo-se da administração política, remover os obstáculos que obstruem a expansão da economia de forma menos instável e conflituosa. Consciente disso, Keynes, então, conclui:

Nossa crítica à teoria econômica clássica geralmente aceita consistiu menos em revelar os defeitos lógicos da sua análise do que em assinalar o fato de que as suas hipóteses tácitas nunca ou quase nunca são satisfeitas, com a conseqüência de que ela se mostra incapaz de resolver os problemas econômicos do mundo real. Entretanto, *se os nossos controles centrais lograrem estabelecer um volume ótimo de produção agregado correspondente o mais aproximadamente possível ao pleno emprego,*<sup>60</sup> *a teoria clássica retomará, daí em diante, a sua devida posição.*<sup>61</sup>

## V

A nossa análise, até aqui, tem buscado compreender que o forte da proposição de Keynes para solucionar a crise dos anos 30 estava numa política econômica anticíclica (de curto prazo, mediante a elevação da demanda efetiva pelo gasto estatal) e numa política de mais longo prazo no campo da administração política (com a gestão central da moeda, melhor coordenação da poupança e do investimento e o controle mais adequado da população). Com isso, fica compreendido que, ao contrário do que apontam as análises correntes, o conteúdo da proposta para a administração do capitalismo após a crise de 1929-33 estava bem além do que era compreendido como razoável e necessário por Keynes — daí concluímos que os postulados da *Teoria Geral* se constituíam mais num contraponto ao que estava acontecendo do que uma elegia em defesa do Estado centralizador das decisões capitalistas, muito menos, ainda, o Estado pontificando como o principal capitalista (bem longe dos demais) a comandar capital.

Contudo, dentro da perspectiva de nossa análise, estas notas não poderiam ser concluídas sem entender as implicações que estavam antevistas

---

60 Para Keynes, os clássicos, aqui, estão referidos aos que hoje sabemos como formadores da Escola Neoclássica, como Marshall, Pigou etc.

61 Keynes. Op. cit., p. 256.

na proposta de Keynes para o futuro do capitalismo. Apesar do otimismo exalado, particularmente nos escritos durante o período da crise, não é certo que Keynes estivesse tão convicto de que as relações sociais de produção capitalistas fossem estágios últimos das possibilidades de a humanidade superar a materialidade, ou melhor, de desvincular o seu trabalho da necessidade precípua de sobrevivência. A sua proposta, nos parece, era uma tentativa restringida de dar-lhe [ao capitalismo] uma sobrevida que não seria possível com base em uma administração política descentralizada — tal como fora a proposta originária dos filósofos economistas clássicos e levada às últimas conseqüências pelos neoclássicos.

Por outro lado, Keynes não antevia a possibilidade de o capitalismo ter uma trajetória de permanente expansão (acumulação ampliada), parecia admitir um estágio estacionário, no qual a sobrevivência do sistema econômico dar-se-ia mais pela capacidade de gestão das expectativas contrariadas do que pelas possibilidades técnicas de sobrevivência do capitalismo em situação adversa. Queremos crer que, em diferentes momentos e textos, Keynes aponta para essa possibilidade. Em *O Fim do Laissez-Faire*, por exemplo, a idéia a respeito de que *o problema econômico não será um problema permanente da raça humana*, a economia política cedendo lugar à economia profissional, maior preocupação, portanto, com a administração — gestão — das relações sociais de produção e distribuição e, por fim, maior disponibilidade do tempo do indivíduo para os prazeres da vida parece indicar para a direção de um *estágio estacionário* da economia capitalista. Entretanto, é na *Teoria Geral* que Keynes vai ser mais enfático com relação a esse ponto tão fundamental para o futuro do capitalismo. Nas discussões acerca das possibilidades de saída adequada para o problema do desemprego, havia forte resistência da ortodoxia econômica ao gasto estatal; Keynes era favorável, embora admitindo essa hipótese só como medida anticíclica, pois à medida que a economia se aproxima do pleno emprego esta solução fica cada vez mais contestável, e assim respondia a oposição:

[...] Apresenta-se, comumente, como objeção aos planos tendentes a aumentar o emprego por meio de investimentos patrocinados pela autoridade pública, o fato de que assim estão sendo criadas dificuldades para o futuro. ‘Que faremos’, pergunta-se, ‘quando tivermos construído todas as casas, estradas, prefeituras, redes de energia elétrica, sistema de distribuição de água e outras instalações de

que possa necessitar a população estacionária do futuro?’ Há, contudo, mais dificuldades em compreender que o mesmo inconveniente se apresenta no caso dos investimentos privados e da expansão industrial, particularmente com a última, desde que é mais fácil prevê a próxima saturação das necessidades de novas fábricas e equipamentos, que isoladamente absorvem pouco dinheiro, do que a procura de construções para moradia.<sup>62</sup>

Em desaparecendo o problema econômico, ficando o esforço de produzir restrito a finalidades que dêem *status* de superioridade às classes superiores, a acumulação ampliada de capital é possível se sustentar ou fazer algum sentido dedicar nossas energias para mantê-la? Se essa possibilidade não for possível ou não se justificar, é possível o capitalismo se sustentar, enquanto modo de produção hegemônico, num estágio de acumulação simples?

Decerto que Keynes não dá maiores explicações para as suas formulações, mas parece evidente que ele vê possibilidade de vigência do capitalismo mesmo em condições estacionárias orientada pela teoria neoclássica. “*Se os nossos controles centrais lograrem estabelecer um volume de produção agregado correspondente o mais aproximadamente possível ao pleno emprego, a teoria clássica [para Keynes, neoclássica] retomará, daí em diante, a sua devida posição*”.<sup>63</sup> De forma bem mais conservadora do que as posições evolutivas, de Schumpeter,<sup>64</sup> e revolucionárias, de Marx,<sup>65</sup> a aposta de Keynes para sustentar a sobrevivência do capitalismo num estado

62 Keynes. Op. cit., p. 81.

63 Ibidem, p. 256.

64 Para Schumpeter, na explicação do fiasco do processo capitalista é muito mais importante entender as causas internas do que as externas, particularmente aquelas que comumente são apresentadas na Teoria das Oportunidades Decrescentes de Investimento. Por causas internas Schumpeter entende ser, em primeiro lugar, um processo que leva à Evaporação da Substância da Propriedade, no qual o sistema vai perdendo os valores e concepções (base institucional) e o capitalista transfere poder para o Estado e para a burocracia empresarial; assim, a moderna empresa socializa a mentalidade burguesa e estreita a motivação — enfim, corta-lhe as raízes. É a mais importante causa interna Schumpeter diz ser a Desintegração da Família Burguesa, em cujo processo homens e mulheres, o casamento, os parentes, a vida em família estão significando menos do que significavam antes. Então, a transição do capitalismo burocrático para o socialismo implica a transferência da propriedade do controle privado para a esfera pública mas tendo como concepção de gestão o aprendizado trazido do capitalismo. Ver Joseph A. Schumpeter. *Capitalismo, socialismo e liberdade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984. cap. XIV, pp. 202-11.

65 Para Marx e os marxistas a passagem do capitalismo para o socialismo tem duas dimensões de compreensão, porém fazendo parte de um mesmo processo: na dimensão econômica significa que o capitalismo evoluiu para um estágio maduro, engendra nesse movimento as condições de sua própria superação, pois a fonte que alimenta a sua existência [o trabalho] vai

estacionário está na administração dos controles das relações capitalistas — o que reforça e clareia a nossa hipótese, defendida neste ensaio, de que, no longo prazo, a proposta de Keynes está no campo da administração política e não da economia.

Embora no tocante à política econômica Victoria Chick valorizasse mais, como visto, os aspectos de curto prazo — na questão do emprego —, porém, fica evidente que na sua análise há também uma compreensão nítida do problema de longo prazo e que, embora crucial para o futuro do capitalismo, passa quase que despercebido da análise corrente. Trata-se do problema da *estacionariedade* da economia capitalista no futuro — não determinado por Keynes.<sup>66</sup>

O ponto de partida da análise de Victoria Chick acerca desta temática parece estar na sua crítica ao apego dos keynesianos a uma política econômica (fiscal) expansionista para sempre. Ela questionava essa defesa porque achava que a receita de Keynes recomendava apenas uma dose limitada, para provocar no paciente uma recuperação auto-sustentada. E assim diz:

Elas não se destinava a mantê-lo por um longo período. Ao administrar o remédio keynesiano continuamente, durante os últimos 30 anos (embora em doses intermitentes), deixamos de seguir a advertência (de Keynes): “Toda vez que garantimos o equilíbrio hoje, mediante um investimento maior, estamos agravando a dificuldade de o garantirmos amanhã”.

---

sendo substituída pelo germe de sua destruição [a inovação tecnológica, as forças produtivas]; na dimensão política a passagem de um modo de produção a outro é precipitada por processo revolucionário em cuja transição a classe operária se apodera do Estado e estabelece a ditadura do proletariado como forma de eliminar os resquícios burgueses. Assim, à medida que se avança nessa direção, o Estado entra num processo de definhamento até o ponto de desaparecer juntamente com os vestígios da burguesia — visto que só o comunismo — na versão marxista-leninista — torna o Estado inteiramente supérfluo em razão de não haver mais classes, portanto, não haver mais conflitos que impliquem a mediação do Estado.

66 Em dois momentos Keynes indica quando e em que condições isso poderia ocorrer. O primeiro é por ocasião de sua análise especulativa acerca do futuro no artigo que escreve em 1930 sob o título *As Possibilidades Econômicas de Nossos Netos*, ao afirmar que, se não houvesse grandes guerras, terremotos ou crescimento imprevisível da população, em cem anos o problema econômico da humanidade estaria resolvido. Nesse caso, as possibilidades de uma acumulação ampliada estariam reduzidas e as preocupações do ser humano seriam outras, então, voltadas mais para uma prática mais contemplativa da vida — aqui incluindo o amor! O segundo é verificado na própria *Teoria Geral* quando dá como certa a saturação tanto da oferta de bens públicos, quanto da necessidade de novas fábricas. Como exemplo a análise anterior, também aqui Keynes está dizendo que não há espaços para a acumulação ampliada de capital e, então, o que temos de fazer é construir ou fazer uma administração política que possibilite a preservação do capitalismo, mesmo nos limites de uma acumulação simples.

Para a sustentação de uma política expansionista contínua no longo prazo ter-se-ia que admitir como hipótese de trabalho que a política expansionista teria pouco efeito sobre os preços, quando houvesse desemprego. Negando essa possibilidade, então Victoria Chick conclui que, no longo prazo, o efeito de uma política expansionista contínua é provocar um efeito inflacionário. E assim conclui o seu pensamento:

Os keynesianos, exceção de Keynes, tendiam a admitir que uma política expansionista teria pouco efeito sobre os preços, quando houvesse desemprego. Esta expectativa otimista de estabilidade de preços talvez pudesse se justificar, no caso do curto prazo ou de uma tentativa de utilização da política expansionista, mas não em termos de preços fixos (*fixprice*), mas em termos das condições de depressão, sendo particularmente favoráveis à estabilidade de preços no curto prazo e no longo prazo, havendo compensação pela tendência altista na capacidade de se baixarem os preços graças a uma eficiência maior. Assim, confia-se que uma economia em crescimento tenha a capacidade de absorver o dinheiro novo utilizado para financiar os déficits ou para monetizar a dívida pública.

Mas o efeito de longo prazo de uma política expansionista semicontínua tende a ser inflacionário, pois o crescimento não pode ser sustentado indefinidamente. Os teoremas de crescimento equilibrado dependem do crescimento populacional e da mudança tecnológica; sem eles, a solução de equilíbrio da economia é o *estado estacionário* (grifo meu, RSS). A teoria do crescimento também ignora os problemas criados pelo resíduo de moeda e dívida que o investimento deixa em seu rastro.

Considerando que um estágio estacionário provoca conseqüências econômicas e políticas alarmantes e que a política governamental pode não ser útil no longo prazo, então Victoria Chick recomenda medidas internas ao sistema (do tipo crescimento da população, mudanças tecnológicas e redistribuição de renda) ou externas a ele (como abertura de novas fronteiras de expansão). Em verdade, esta proposição de Victoria Chick nada mais é do que o gerenciamento da demanda efetiva. Mesmo sendo verdadeira essa proposição, de todo o modo não fica resolvida a questão da *estacionariedade*. E como resolvê-la? Nada de muito animador é dito, embora o problema seja apresentado de forma muito alarmante:

As conseqüências políticas e sociais dessas características do estado estacionário são evidentemente alarmantes. Eu não as vi discutidas. Não é difícil ver que o resultado no longo prazo da acumulação de capital ameaça a atual estrutura, e seria desejável que o governo começasse a agir para evitar isso.

Por não compreender que neste ponto a solução não poderia mais vir da macroeconomia e sim da administração política, Victoria Chick deixou de fornecer possibilidades de equacionar no futuro os problemas teóricos que a afligiam. Assim, a sua proposição é no sentido de se fazer uma espécie de boa política nos campos fiscal e monetário. É exatamente neste ponto que os keynesianos (certamente que neste bloco não está a própria Victoria Chick) não compreenderam, melhor dizendo, não leram adequadamente Keynes. Para o longo prazo, Keynes nunca propôs uma política fiscal expansionista, déficit público ou qualquer coisa parecida com um Estado de Bem-Estar Social. Antevendo um estado estacionário da economia capitalista, a verdadeira proposta de Keynes para o longo prazo foi que os novos gerentes criassem uma nova *Administração Política* para estabilizar as novas estruturas econômicas do capitalismo surgidas após a crise de 1929/33. A proposta de política econômica foi de curto prazo — e nisso Victoria Chick tem toda a razão —, mas a de longo prazo não estava mais no campo da economia e sim no da Administração Política, particularmente nos três pontos de sua Agenda: *a*) uma instituição central para o gerenciamento da moeda; *b*) uma coordenação central da variável gasto, sobretudo do gasto em investimento; e *c*) uma política geral para controlar o crescimento da população.

### Referências

- FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e liberdade*. (Série Os Economistas). São Paulo: Abril Cultural, 1988, pp. 73-5.
- HEILBRONER, Robert. *A história do pensamento econômico*. São Paulo: Nova Cultural, 1996, p. 167.
- HICKS, John. *A crise na economia keynesiana*. São Paulo: Vértice, 1987.
- JOHNSON, Harry. G. Keynes e a Economia Inglesa. In: Milo Keynes (coord.). *Ensaio sobre John Maynard Keynes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- KEYNES, John Maynard. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 95.
- . A Short View of Rússia. In: John Maynard Keynes. *Essays of Persuasion*. Londres, 1931, pp. 297-311.

KEYNES, John Maynard. O fim do laissez-faire. In: Tamás Szmrecsányi (org.). *Keynes*. São Paulo: Ática, 1984 (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

— . As possibilidades econômicas de nossos netos (1930). In: Tamás Szmrecsányi (org.). *Keynes*. São Paulo: Ática, 1984 (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

SANTOS, Reginaldo Souza. *A teoria das finanças públicas no contexto do capitalismo: uma discussão com os filósofos economistas — de Smith a Keynes*. São Paulo: Mandacaru, 2001.

completar — . A Economia Política Contemporânea e o pouco que sabemos. ??????

SILVA, Adroaldo Moura. Apresentação à edição brasileira do livro *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Nova Cultural, 1985 (Série os Economistas).

SCHUMPETER, Joseph A. *Capitalismo, socialismo e liberdade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984, cap. XIV, pp. 202-11.